



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

SIMONE DE MIRANDA RODRIGUES

**A FANTASIA COMO REALIDADE DO SUJEITO: Uma leitura Psicanalítica a partir
do Trabalho do Psicólogo com Crianças em Situação de Violência Sexual**

São Luís

2016

SIMONE DE MIRANDA RODRIGUES

**A FANTASIA COMO REALIDADE DO SUJEITO: Uma leitura Psicanalítica a partir
do Trabalho do Psicólogo com Crianças em Situação de Violência Sexual**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em
Psicologia da Universidade Federal do Maranhão –
UFMA para obtenção do título de Mestre em
Psicologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Valéria Maia Lameira.

São Luís

2016

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

de Miranda Rodrigues, Simone.

A Fantasia como Realidade do Sujeito : Uma leitura psicanalítica a partir do trabalho do psicólogo com crianças em situação de violência sexual / Simone de Miranda Rodrigues. - 2016.

70 f.

Orientador(a): Valéria Maia Lameira.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

1. Fantasia. 2. Psicanálise. 3. Sexualidade. 4. Violência sexual. I. Maia Lameira, Valéria. II. Título.

SIMONE DE MIRANDA RODRIGUES

**A FANTASIA COMO REALIDADE DO SUJEITO: Uma leitura Psicanalítica a partir
do Trabalho do Psicólogo com Crianças em Situação de Violência Sexual**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em
Psicologia da Universidade Federal do Maranhão –
UFMA para obtenção do título de Mestre em
Psicologia.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Valéria Maia Lameira (UFMA)

Prof^a. Dr^a. Isalena Santos Carvalho (UFMA)

Prof. Dr^a. Maria Silvia Antunes Furtado (UEMA)

À Marina e Murilo,
a infância revisitada.

AGRADECIMENTOS

À Valéria Maia Lameira, que acolheu e apostou no meu trabalho de uma maneira cuidadosa, respeitosa e divertida, levando-me ao cinema para assistir o documentário “Escrever”, de Marguerite Duras.

Ao Agostinho Ramalho Marques, que sem este lugar da análise, onde se coloca o desejo em questão, não seria possível este escrito.

Às professoras da banca de qualificação, Isalena Carvalho e Lívia Rocha, pelas suas preciosas e proveitosas considerações e sugestões; e à Silvia Furtado, que aceitou o convite para constituir a banca de defesa desta dissertação.

Aos professores do departamento de Pós-Graduação que acompanharam a terceira turma deste mestrado, pelo exercício do respeito à diferença frente à pluralidade teórica da Psicologia, especialmente nas disciplinas Seminários de Pesquisa.

Aos colegas de Mestrado, Cínthia, Lourdes, Márcio, Vinícius, Juliana, Gustavo e Valéria, por compartilhar os anseios, as angústias e as alegrias do trabalho cumprido.

À Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão, que concedeu o afastamento do meu cargo para cursar o Mestrado. Quero retribuir com os efeitos desta dissertação em mim.

Aos colegas do CPTCA, por terem trabalhado mais, para que eu pudesse produzir este trabalho, especialmente a Cláudia, Richardson, Sueli, Geovana e Moara.

Aos meus colegas professores e alunos da Faculdade Pitágoras, pela torcida. Especialmente a Alyssandra, que leu o projeto, e Caroline Torres, que leu e revisou o trabalho final.

À Regina Jacinto e Andreia Cavalcante que contribuíram com o olhar de quem está fora e de quem está dentro, especialmente pelas palavras de apoio.

Aos meus amigos e familiares que torceram de longe e de perto. Especialmente:

À minha mãe Ceci e ao meu pai Ronaldo. Pelas presenças e ausências, por minha existência;

Às minhas irmãs Sandra, Suzana e Suely, com as quais divido a letra “S” como laço fraternal;

Ao Ronaldo Filho, que carrega o nome do pai e por isso tão irmão;

À tia Célia e primas-irmãs, que me acolheram em Recife para que eu pudesse me tornar psicóloga;

Aos meus sogros Sr. Correia e Sra. Marlúcia, que passaram pela experiência de cursar o Mestrado com filhos pequenos e, por isso, tão cúmplices;

Ao Marlos, que me descobriu e me cobre todas as noites. Por acreditar em mim, pelo incentivo, apoio, amor, companheirismo, por colocar os nossos filhos para dormir, dar banho, passear, dar comida, enquanto eu escrevia esta dissertação. Gratidão e muito amor.

A Deus, que está em tudo isso aí: está no melhor de mim.

“A escrita está a tentar saber o que você escreve, se você escrever” (Marguerite Duras).

“Devia existir uma escritura do não escrito. Um dia existirá” (Marguerite Duras).

RESUMO

A partir do trabalho do psicólogo com crianças em situação de violência sexual no contexto jurídico interroga-se sobre esta prática, que tem como referencial teórico de sustentação a teoria psicanalítica. Desta forma, problematiza-se as implicações no trabalho dos profissionais que atendem casos que envolvem questões sexuais entre pessoas de um mesmo contexto familiar, de gerações diferentes, dirigido pela busca de um culpado que deve ser punido. Abre-se uma discussão com a ampliação da noção de sexualidade proposta por Freud que admite a sexualidade infantil e mostra que o sexual é estruturante e sempre traumático. Entrelaça-se esta discussão com a noção de inconsciente, conceito inaugural da psicanálise, assinalando o caminho freudiano e a leitura lacaniana para situar o inconsciente estruturado como linguagem, amparado na teoria dos significantes. Mostra-se que ao atentar ao material empírico, alguns conceitos se correlacionam, tais como: sexualidade, fantasia e Complexo Édipo-Castração. Em seguida aborda-se a constituição do sujeito a partir da proposta formulada por Lacan sobre Estádio do Espelho de onde se evidencia uma precipitação quanto a tomada de posição no social. Apresenta-se a hipótese da primazia do falo como organizador da sexualidade que tem em seu centro o desejo articulado à castração, de onde se evidencia a fantasia como realidade do sujeito, considerando as versões do pai, em última instância o promulgador da Lei, aquele que priva a mãe de reintegrar seu produto. Finaliza-se a discussão retomando a questão inicial sobre a relação do sujeito com a sexualidade e a lei, abrindo novas interrogações que permite um deslocamento sobre a prática que, permeada por impasses e sustentações, possibilita que a fala de uma criança em situação de violência sexual seja considerado para além do rito jurídico, um dito de realidade do sujeito.

Palavras-chave: Psicanálise. Sexualidade. Fantasia. Violência Sexual.

ABSTRACT

Starting from the psychologist's work with children in situations of sexual violence in the legal context we had asked in our practice, electing as theoretical referential the psychoanalytic theory. Thus, the implications are discussed in the work of the professionals who treat cases involving sexual matters between persons of the same family background, of different generations, driven by the search for the guilty to be punished. A discussion with the expansion of sexuality notion proposed by Freud admits that infantile sexuality and shows that sex is structural and always traumatic it is open. Interlace this discussion with the unconscious notion of inaugural concept of psychoanalysis, marking the Freudian and Lacanian reading way to situate the unconscious structured as a language, supported the theory of the signifiers. It is shown that to pay attention to empirical data, some concepts are correlated, such as sexuality, fantasy and Oedipus-Castration Complex. Then deals with the constitution of the subject from the proposal made by Lacan's mirror where the stadium is evident precipitation as taking position in the social. It presents the hypothesis of the primacy of the phallus as sexuality organizer which has at its center the articulated desire to castration, where is evidenced fantasy as reality of the subject, considering versions of his father in ultimately the enacting of Law, to that depriving the mother of reintegrating their product. Terminate the discussion resuming the initial question of the subject's relation to sexuality and the law, opening new questions that allows a shift of the practice, which permeated by impasses and supports, enables the speech of a child in situations of violence sex is considered beyond the legal rite, a so-called reality of the subject

Keywords: Psychoanalysis. Sexuality. Fantasy. Sexual Violence.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A SEXUALIDADE PARA O FALANTE.....	21
3 SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO	34
4 SOBRE A FANTASIA E A REDE DE SIGNIFICANTES	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64
ANEXO	68

1 INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema da violência sexual partiu da experiência de trabalho com crianças e adolescentes envolvidas em supostas situações de violência, realizada no Centro de Perícias Técnicas para Crianças e Adolescentes (CPTCA), órgão submetido à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão. Esta instituição tem como objetivo realizar perícia médica, social e psicológica, a fim de subsidiar inquérito policial e/ou processos judiciais de crimes contra crianças e adolescentes (CARDOSO et al., 2009). A violência sexual representa 80% dos casos atendidos neste Centro (SILVA, 2013). A escuta está atrelada à denúncia de uma situação de violência contra crianças e adolescentes; portanto, trata-se de uma experiência que faz uma interlocução com a justiça. Uma das relevâncias desta experiência se dá pelo caráter interdisciplinar a que se propõe.

A interdisciplinaridade é uma proposta de colocar em prática o diálogo entre diferentes campos de saber ao tentar responder às demandas que se impõem no nosso cotidiano profissional. Trata-se de um exercício diário e de constantes construções. Muitos se perguntam se a interlocução entre o campo jurídico e o campo psicológico é um diálogo possível, pois este interstício é permeado de tensões e certo mal-estar (ARANTES, 2012). Portanto, torna-se importante estar frequentemente problematizando as práticas, com o intuito de não necessariamente responder ou fechar as questões, mas de abrir possibilidades, construir pontes, apontar caminhos e refletir sobre os processos de objetivação/subjetivação colocados em xeque nesta interlocução. Este trabalho faz um recorte desta discussão, tomando como cenário o pedido de um atendimento a crianças e adolescentes em suposta situação de violência sexual, vestida de uma denúncia que aciona os dispositivos legais.

Os estudos relacionados à violência sexual contra crianças e adolescentes apontam para um problema de saúde pública no Brasil, e também em outros países (GONÇALVES, 2003; HABIGZANG; CAMINHA, 2004, 2006; AZAMBUJA; FERREIRA, 2011). Tais estudos são voltados ao índice de prevalência na população e aos prejuízos psicológicos e sociais a vítimas e familiares. Trata-se um tema complexo e multifacetado, exigindo estudos e intervenções interdisciplinares, seja no campo da saúde, educação, assistência social e justiça (FALEIROS; FALEIROS, 2001).

Encontra-se, na psicologia, pesquisas que têm acompanhado as do âmbito da saúde direcionadas aos dados epidemiológicos e às consequências e efeitos da ocorrência do incesto na vida de crianças e adolescentes, modo como essa disciplina contribui para a avaliação e intervenção psicológica (HABIGZANG et al., 2006; HABIGZANG; CAMINHA,

2004; FAIMAN, 2004). Tais estudos têm sido incorporados para a avaliação psicológica de crianças em situação de violência no âmbito jurídico.

Outras contribuições possíveis da psicologia ao campo do direito, na área de violência contra crianças e adolescentes, têm se apresentado sob a rubrica de entrevistas de revelação, como pontua Furnis (1993), em que Piza (2006) trata sobre a psicologia do testemunho, e de propostas de inquirição judicial de crianças e adolescentes como vítimas ou testemunhas de crimes sexuais, observado por Arantes (2009).

O trabalho realizado no CPTCA subsidia as decisões do juiz em relação à responsabilização do autor da violência em questão. Trata-se de uma avaliação psicológica na modalidade de perícia psicológica (RONVISK, 2000; CARDOSO et al., 2009). Há uma especificidade neste campo, sendo esta uma demanda destinada aos profissionais que trabalham na justiça, referente à necessidade de confirmar a veracidade factual da ocorrência da violência sexual. Se houve ou não a violência sexual, é a frequente demanda da justiça endereçada ao psicólogo. Se admitir-se essa demanda sem problematizá-la e interrogar-se sobre o trabalho como psicólogo, corre-se o risco de fazer um trabalho mecânico, acrítico e restrito ao cumprimento de um rito jurídico.

Toma-se como ponto de partida para a problematização deste trabalho a seguinte questão: que tipo de escuta se trata, a partir do lugar dos profissionais que trabalham com casos que envolvem relações sexuais entre pessoas de um mesmo contexto familiar, de gerações diferentes, dirigido pela busca de um culpado que deve ser punido? Que implicações a escuta atrelada ao âmbito jurídico pode trazer para o trabalho desses profissionais?

Melman (2004), em uma palestra conferida em Estrasburgo, intitulada “A propósito do incesto”, chama a atenção para o tipo de engajamento pessoal dos profissionais e pessoas envolvidas, que se dá de um modo muito intenso, violento e passionai, no sentido dos culpados serem punidos, evidentemente, de acordo com a lei. Este autor interroga sobre as crianças, sobre a maneira pela qual se pode testemunhar o interesse particular por ela (a criança e/ou adolescente), e por seu futuro.

O incesto causa à população em geral, e, também, aos profissionais que trabalham e/ou militam na área da defesa de direitos de crianças e adolescentes um horror e um clamor pela punição de quem comete tal ato. Faz-se importante que os profissionais envolvidos com esta demanda estejam ancorados em fundamentos teóricos e técnicos, a fim de evitar o endosso a este clamor, a esta postura passionai e se posicionar, de modo a oferecer um lugar de palavra a esta criança e situá-la para além do lugar de vítima, comumente conferido à ela.

As indagações e formulações deste trabalho têm como referencial teórico de sustentação a teoria psicanalítica. Trata-se de uma teoria que defende a sexualidade infantil e mostra que o sexual é estruturante do sujeito e sempre traumático. Assumi-se a concepção de sujeito à luz da psicanálise e cabe aqui ressaltar como denominar este trabalho. Ao nominá-lo, por vezes, como humano, não se trata de uma essência humana, de um vir a ser, mas do humano – *parlêtre* – do falante: deste que está submetido ao mundo da linguagem, antes mesmo do seu nascimento, em que nada tem de animal. Ou seja, que inicialmente é dependente de um outro materno com o qual se relaciona na condição de objeto, e que é justamente a renúncia a esse lugar de objeto que franqueia a entrada dessa criança na esfera desejante.

Deste que tem o seu acesso à mãe como objeto de investimento pulsional restrito pela interdição do incesto: dito de outra forma, trata-se do sujeito de desejo. Desta maneira, pretende-se evidenciar a dimensão do sujeito do inconsciente e a ordem simbólica para refletir e problematizar a demanda do trabalho realizado com crianças e adolescentes em supostas situações de violência sexual.

A experiência no CPTCA mostra denúncias crescentes de violência contra crianças e adolescentes, sobretudo, a violência sexual. Na maior parte das vezes se caracteriza pelo fato do autor da agressão ter uma relação, seja de parentesco, afetiva ou de conhecimento. Os dados epidemiológicos e estatísticos das instituições que fazem atendimentos a casos de violência sexual apontam para a incidência da violência sexual intrafamiliar, também conceituada como incestuosa, quando tal violência é perpetrada por alguém da família contra a criança ou adolescente (SILVA, 2013).

Há várias perspectivas teóricas no campo dos estudos da violência contra crianças e adolescentes e suas respectivas categorias. Encontra-se na literatura especializada variados termos para definir os atos ou jogos sexuais entre um adulto e uma criança e/ou adolescente, como por exemplo: abuso sexual, violência sexual, ofensas sexuais, violência sexual intrafamiliar ou incesto. Mesmo com algumas variações, esses termos são utilizados nas pesquisas científicas apresentando basicamente a mesma definição.

Ao fazer esse diálogo entre a psicanálise e o direito, algumas dificuldades comparecem, assim como a noção de alguns conceitos, que embora carreguem as mesmas letras, não se tratam da mesma coisa, tendo como exemplo a noção de “sujeito”, como sublinha Marques Neto (1997). No campo jurídico, prevalece o sujeito cartesiano, identificado ao eu racional, consciente, da objetividade; enquanto que para a psicanálise, trata-

se de um sujeito cindido, dividido, um sujeito do inconsciente, um sujeito que está submetido à ordem simbólica do inconsciente, distinto do eu consciente.

A partir dessa distinção inicial, é de se indagar: há lugar para esse sujeito da psicanálise no âmbito jurídico? Não se trata de negar o sujeito da racionalidade, mas de mostrar outra dimensão para além do eu da consciência. O inconsciente, que se abre por meio da fala, atos falhos, equívocos, sonhos, resistências, recuse dos esquecimentos, tem lugar no campo jurídico?

No entanto, se há uma demanda que parte do âmbito jurídico, cabendo interrogar sobre esta demanda, bem como a prática em torno da escuta de crianças e adolescentes atravessados pela violência sexual. Há algo que comparece para além dos fatos que convoca uma abertura para outras formulações. Há contradições na fala da criança, dúvidas, sentimentos de amor e ódio, silenciamentos, esquecimentos, dentre outros. É nesta abertura, neste furo na objetividade, que pode-se evidenciar um sujeito singular, afetado de modo único pelas pessoas que o cercam.

A experiência se confronta com o tabu do incesto e, conseqüentemente, com questões relacionadas à sexualidade. Considera-se de importância capital fazer um retorno a Freud (1905a/1996) para mostrar a ampliação da concepção da sexualidade dissociada da genitalidade, da reprodução, do biológico. Ao fazer um diálogo com o campo jurídico observa-se, por vezes, que a concepção da sexualidade se encontra atrelada à genitalidade.

Muito embora o direito penal tenha ampliado a tipificação de estupro¹ para além da conjunção carnal, nota-se que a materialização do abuso sexual precisa ser provada para chegar ao objetivo do processo penal que é a responsabilização do autor da violência. Vê-se que o abuso sexual, como acontecimento factual, é o que interessa para o campo jurídico. Esta demanda é transferida para os psicólogos, que por meio da perícia psicológica são convocados a responder sobre a factualidade dos relatos sobre a violência sexual por crianças e adolescentes.

Desta forma, é muito comum observar que a questão que está implícita nas solicitações de avaliação psicológica é sobre se ocorreu ou não a violência sexual, ou se trata de fantasias o que a criança ou adolescente relata sobre a cena sexual. Vale citar alguns dos quesitos endereçados aos profissionais que desenvolvem este trabalho. O relato da criança ou

¹ A partir da lei nº 12.015, de 07 de agosto de 2009, que trouxe reformas ao antigo Código Penal Brasileiro, o estupro adquire a seguinte definição: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (BRASIL, 2009, não paginado).

adolescente sobre abusos sexuais é fruto de uma fantasia ou má interpretação de um evento? Diante deste cenário, deseja-se problematizar a questão da fantasia para o sujeito, para dizer que existe um sujeito para além da factualidade.

Há certa dificuldade em lidar com esta demanda feita ao psicólogo, no entanto, não se trata de não dar lugar a isto que é solicitado. A psicanálise ensina, a partir exatamente da demanda, a não respondê-la nem tampouco para rechaçá-la, mas para, a partir dela própria, provocar algum furo, alguma torção que aponte para o sujeito e o seu desejo.

Neste sentido, pretende-se mostrar a complexidade que gira em torno do incesto e as questões que são suscitadas pelo psicólogo a partir da sua experiência. Pode-se, então, questionar a escuta reduzida apenas ao acontecimento factual de crianças e adolescentes, ainda que esta esteja enviesada por uma demanda jurídica. É importante não excluir da cena sexual a criança e seu desejo, onde o reconhecimento da sexualidade infantil por Freud (1905a/1996) traz uma mudança no modo de olhar para a criança, abrindo uma discussão em torno da função da fantasia para o sujeito.

Na interlocução com a justiça, nota-se que a palavra fantasia, utilizada pelos operadores do direito, expressa algo questionável, duvidoso, uma conotação de falsidade, daquilo que foge da realidade. Mas aqui, a partir do referencial psicanalítico, defende-se que a fantasia é a realidade do sujeito, como aquilo que emoldura a realidade. A psicanálise diz respeito ao modo como homens e mulheres relacionam-se com o seu sexo. O sexual é traumático. Daí pretende-se remeter-se à discussão sobre a noção de fantasia, realidade psíquica e trauma, termos muito caros para a psicanálise e, também, para o trabalho pericial.

A perícia psicológica é destinada a escutar crianças em situação de incesto, a avaliar as mais variadas situações, tanto no que se refere a identificar o tipo de violência sexual, quanto às consequências psicológicas para a criança e sua relação com o abusador. Algumas experiências de avaliação psicológica, neste contexto, se voltam para a análise dos efeitos traumáticos como forma de ajudar na identificação do abuso sexual e relacioná-la com a materialidade das provas.

Este aspecto traz à tona a discussão sobre trauma, que do ponto de vista psicanalítico é proposto como singular ao sujeito, não necessariamente ligado ao fator externo. Isto pode ser ilustrado com as observações de Gryner (2003), psicanalista que publicou um trabalho de intervenção psicanalítica com famílias que vivenciaram situações de violência sexual. “[...] violência é o que é excessivo para cada sujeito. Surpreendemo-nos com o fato de que uma situação extremamente violenta pode ser superada sem maiores dificuldades, enquanto outra aparentemente não tão violenta traz grandes dificuldades aos

envolvidos” (GRYNER, 2003, p. 59). Desta forma, pode-se questionar o peso dado aos efeitos traumáticos para indicar a situação de violência, uma vez que o trauma está para cada um, a cada vez.

A sexualidade que se pretende analisar aqui é aquela que o sujeito realiza senão pelo nível simbólico, estruturada pela imposição da Lei². Vale ressaltar a distinção entre a lei (jurídica) e a Lei - simbólica. No âmbito do direito, a lei é uma regra tornada obrigatória pela força coercitiva de autoridade legítima, que constitui direitos e deveres numa sociedade. A Lei refere-se ao que a psicanálise propõe, internalizada pelo sujeito e vivida de forma singular, que está relacionada com a interdição do incesto – nos termos freudianos –, que funciona como lei organizadora da sociedade.

Em “Totem e Tabu”, Freud (1913/1996) mostra que a primeira exigência da civilização é uma Lei. Antes disso, tem-se a vontade arbitrária do chefe, o pai, que era irrestrita, e, portanto, impedia o processo civilizatório. Uma vez criada a Lei, esta permite que os homens convivam em sociedade. Demonstrar-se-á que a interdição do incesto e o parricídio estão relacionados à Lei simbólica proposta por Freud (1913/1996). Será visto como isso se dá a partir da linguagem, a Lei representada pela função paterna, no qual se pode relacionar o mito do parricídio com o mito edípico inventado por Freud para, mais tarde, Lacan (1956-1957/1995) analisá-lo e entrelaçado com o mito edípico, se interrogando sobre a noção do pai. Para que o pai subsista, é preciso que o pai, o pai singular, o verdadeiro pai, esteja antes do surgimento da história, e que seja o pai morto. É por meio do valor mítico, na forma do impossível e do impensável que é possível conservar o pai e estabelecer uma Lei simbólica. Para discutir a relação do falante e a Lei, observar-ser-á que o acesso da criança à mãe, como objeto de investimento pulsional, é barrado pela interdição do incesto, como Lei instaurada na sexualidade.

Em suma, o objetivo desta pesquisa é analisar como se dá a relação do falante com a Sexualidade e a Lei, situando que é ao se confrontar com a castração que o humano se vê diante da Lei, um impossível revestido de interdito. Escolheu-se trilhar esse caminho teórico para sustentar a escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual, por entender que a sexualidade e a Lei atravessam este tema.

Como será desdobramento deste objetivo geral, tem-se os seguintes objetivos específicos: descrever os caminhos teóricos sobre a Sexualidade a partir de Freud; situar os avanços de Lacan quanto à teoria do sujeito; e discutir a noção de fantasia para Freud e Lacan.

² Ao se referir à lei simbólica, do ponto de vista psicanalítico, utilizaremos o L (maiúsculo).

Tal estudo retorna sobre a prática do psicólogo, na medida em que embasa a escuta de crianças e adolescentes que são convocadas a falar sobre o sexual. A teoria psicanalítica orienta a escutar o sujeito em sua singularidade, oferecer um lugar para a sua fala, suas dúvidas e confusões de sentimentos para além do acontecimento factual em sua história. A proposta deste trabalho é fazer a interlocução do campo jurídico e o campo psicanalítico a partir das problematizações das demandas que são feitas, e escutar o sujeito a partir de Outro lugar, que não apenas de vítima.

O caminho escolhido para analisar os fundamentos psicanalíticos que possam sustentar este estudo foi o método psicanalítico. Este método parte do pressuposto da indissociabilidade entre a experiência clínica e a teoria. Partindo dessa premissa, faz-se algumas questões ao texto psicanalítico a partir do que a experiência clínica convoca, de interrogar o texto a partir da prática. Neste trabalho, trata-se da experiência do CPTCA. Ao escutar crianças e adolescentes em suposta situação de violência sexual, estas são convocadas a falar sobre o que lhes ocorreu, além de abordar o tema da sexualidade e das relações familiares. Desta maneira, poderá se pensar sobre a contribuição da Psicanálise neste trabalho.

O caminho do estudo, tomando como referencial a teoria psicanalítica, traz uma discussão em torno da proposta da pesquisa em psicanálise, que apresenta uma especificidade e põe em questão o seu lugar no estatuto científico, tomando como referência os paradigmas da ciência moderna.

Freud (1900/1996), ao propor o inconsciente como objeto de estudo, bem como a indissociabilidade entre a teoria e a experiência clínica, provoca uma nova forma de se posicionar em relação ao objeto de estudo. Com esta concepção, inclui o próprio pesquisador como um sujeito que conta na pesquisa. A descoberta da psicanálise se deu desta forma, como mostrou Freud (1900/1996), ao relatar as suas experiências, sonhos e dúvidas na construção da sua teoria. Vale destacar que em todo o percurso freudiano, na construção da sua teoria, testemunha-se sua busca incansável pelo seu rigor metodológico. No texto “Pulsões e Destinos da Pulsão” (1915d/1996), ele argumenta:

[...] a ciência deve se edificar sobre conceitos claros e precisamente definidos, mas na realidade, nenhuma ciência, nem mesmo a mais exata, começa com tais definições. O verdadeiro início da atividade científica consiste muito mais nas descrições de fenômenos que são em seguida agrupadas, ordenadas e correlacionadas entre si. [...] No princípio as ideias devem conter certo grau de indefinição, e ainda não é possível pensar em uma delimitação clara de seu conteúdo. [...] é preciso que não tenham sido escolhidas arbitrariamente, e sim determinadas pelas relações significativas que mantêm com o material empírico (FREUD, 1915d/1996, p. 145).

Como já citado, o material empírico utilizado neste trabalho é a experiência no CPTCA. Recorre-se, assim, aos fundamentos psicanalíticos que se erguem a partir das observações, impressões, discussões e recortes de falas que se repetem neste trabalho. A instituição referida concedeu autorização para citar seu nome para a problematização desta pesquisa, conforme a resolução nº 196/96, de acordo com o documento de anuência (Anexo 1).

A pesquisa em psicanálise mostra que um lugar é onde se chega com os frutos de indagações iniciais. A partir do método psicanalítico, pretende-se situar que, ao se tratar da escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual, o que se tem de saída é uma indefinição quanto ao que está se tratando. É necessário percorrer caminhos, não reduzir ao fenômeno, estar atentos à incidência da violência na sociedade constituída de seres falantes, “dar ouvidos” à fala, que em seu deslizamento metonímico mostra recuos, tropeços, resistências, dúvidas, ensejo, modos como se atualiza o inconsciente. Desta maneira, a construção deste trabalho foi se desenhando durante o processo de escrita, a partir dos caminhos que foram se mostrando para o pesquisador, sendo por isso a dificuldade de delinear de pronto os objetivos desta pesquisa, na medida em que estes foram se desenhando no decorrer do estudo. Pode-se ilustrar essa estrutura incompleta e inacabada com uma passagem de Freud (1923/1996), enquanto fazia uma discussão no seu trabalho sobre “O Eu e o Isso”:

A psicanálise frequentemente foi censurada por ignorar o lado mais elevado, moral, suprapessoal, da natureza humana. A censura é duplamente injusta, tanto histórica quanto metodologicamente. Em primeiro lugar porque já desde o início atribuímos às tendências morais e estéticas do ego a função de incentivar o recalque; e, depois houve uma recusa geral em reconhecer que a pesquisa psicanalítica não podia, tal como um sistema filosófico, produzir uma estrutura teórica completa e já pronta, mas teve de encontrar seu rumo passo a passo ao longo do caminho da compreensão das complexidades da mente, efetuando uma dissecação analítica tanto dos fenômenos normais como anormal (FREUD, 1923/1996, p. 48).

Lançar-se-á mão da pesquisa bibliográfica para nortear o passo a passo deste trabalho. Serviu-se da indicação que fazem Marconi e Lakatos (2003) sobre este tipo de pesquisa em não ser mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem. Esta é uma consideração importante, pois vai de encontro à ideia, por vezes presente no meio acadêmico, de que a pesquisa bibliográfica consiste apenas em reproduzir e sistematizar conteúdos previamente estabelecidos, limitando-se sua contribuição a apresentar o estado da arte em que se encontram as pesquisas sobre um dado assunto.

Será trabalhado com alguns conceitos que apresentam uma correlação entre si na teoria psicanalítica, e uma relação significativa com o material empírico.

O trabalho com os conceitos é destacado por Lacan (1953-1954/1986), em seu “Seminário 1: Os escritos técnicos de Freud”, onde compara a conceitualização em psicanálise à arte do bom cozinheiro que sabe cortar o animal bem na junta, soltando a articulação com a menor resistência, lembrando que a faca seriam os conceitos. “[...] não é com a faca que dissecamos, mas com conceitos” (LACAN, 1953-1954/1986, p. 10). Acredita-se que esta arte se aproxima do rigor metodológico que Freud fora obstinado em torno das formulações da teoria psicanalítica.

Ao atentar ao material empírico, alguns conceitos foram se delineando, ou como diz Freud (1915a/1996), foram se agrupando, se ordenando e se correlacionando neste trabalho. Os conceitos eleitos foram sexualidade, fantasia e Complexo Édipo-Castração. A sexualidade em Freud (1905a/1996) diz respeito ao conceito de pulsão, ao investimento libidinal que faz do corpo um corpo erógeno, que leva a relacionar a sexualidade infantil ao perverso polimorfo. Isto implica que a sexualidade não se restringe aos órgãos genitais, mas ao que escapa à esfera do ato sexual em si, ao desejo expresso na fantasia. Essa é uma hipótese que leva Freud à concepção da primazia do falo como organizador de uma sexualidade, que tem como seu centro a questão do desejo articulado à castração. Este é o caminho teórico que se pretende seguir, a fim de analisar os efeitos deste estudo na prática clínica.

O primeiro capítulo da presente pesquisa teve como objetivo apresentar a ampliação da noção da sexualidade a partir da psicanálise, a fim de demonstrar a distinção entre o falante e o animal. Entrelaçou-se esta discussão com a noção do inconsciente – conceito inaugural da psicanálise, – assinalando a afirmação lacaniana, tal como “a realidade sexual é a realidade do inconsciente”. Apresentou-se o caminho freudiano e a leitura lacaniana para situar o inconsciente estruturado como uma linguagem e apresentar o lugar de que se fala ao propor a discussão do sujeito do inconsciente, sujeito de desejo, amparado na teoria dos significantes.

Para tanto, o segundo capítulo segue com a discussão sobre a constituição do sujeito, evidenciando a relação predominantemente imaginária entre a mãe e criança, demonstrando que desde o início, trata-se de uma relação triangular – mãe, falo e criança –, do qual o falo funciona como o significante-pivô dessa constituição que dará fundamento para o lugar do pai. No último capítulo desenvolve-se a noção de fantasia, defendendo-a como a realidade do sujeito neurótico e analisando sua função mergulhada na rede de significantes.

Finaliza-se a discussão retomando a constituição do sujeito com a entrada do pai na relação triangular – mãe, pai e criança, como o promulgador da Lei –, elemento indicador das estruturas clínicas, e interrogando sobre o lugar do pai nas relações familiares atravessadas pelo incesto.

Esta pesquisa tem como proposta remeter às questões suscitadas a partir da experiência clínica dos textos psicanalíticos, com o intuito de retirar as consequências da leitura para o trabalho. Conclui-se com uma abertura para novas indagações sobre o trabalho e algum deslocamento do olhar sobre o trabalho com crianças envolvidas em situação de violência sexual.

Os textos freudianos balizadores foram os livros: “Projeto para uma Psicologia Científica” (1895), “Estudos sobre a Histeria” (1893-1895); “Interpretação dos sonhos” (1900), “Um caso de histeria” e “Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade” (1905), “O Esclarecimento sexual das crianças” (1907), “Sobre as teorias sexuais das crianças” (1908), “Totem e Tabu” (1913), “Sobre o narcisismo” (1914), “As pulsões e suas vicissitudes” (1915), “Recalque” (1915), “O inconsciente” (1915), “História de uma neurose infantil” (1918), “Além do Princípio do Prazer” (1920); “Cinco lições sobre a Psicanálise” (1910), “A organização genital infantil” (1923), “A dissolução do complexo de Édipo” (1924), “Algumas consequências psíquicas da distinção anatômicas entre os sexos” (1925), “Um estudo autobiográfico” (1925) e “Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise” (1933).

As leituras de Lacan foram: “O seminário 1: Os escritos técnicos de Freud” (1953-1954), “Seminário 4: A relação de objeto” (1956-1957), “Seminário 5: Formações do inconsciente” (1957-1958), “Seminário 11: Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise” (1964), além de textos, como “O estágio do espelho como formador da função do eu” (1949), “A significação do falo” (1958) e os “Escritos” (1998). Foram utilizados também alguns textos de Melman: “Novos Estudos sobre a histeria” (1985), “Novas formas clínicas no início do terceiro Milênio” (2003), “Sobre o incesto” (2004), e “A função das mães nos dias de hoje” (2005).

Registra-se estar de acordo com aquilo que indicam Coelho e Santos (2012), a respeito de o estudo bibliográfico seguir a mesma recomendação dada ao analista, a saber: manter sua atenção uniformemente suspensa; não dirigir o reparo para um conteúdo específico, assim como não se dirige o paciente, mas o tratamento. Nas palavras de Lacan (1964/2008), voltar, retornar, retomar, cruzar o caminho que desliza a rede de significantes. Eis o convite a entrar no emaranhado dessa rede, através deste escrito.

Pretende-se trilhar este caminho, onde corre-se facilmente o risco de enveredar por outras trilhas e se perder no novelo das palavras. Tem-se, como guia, a coragem de Freud, que adotou as pistas que a sua prática lhe apontava, seguiu as setas, teve o destemor de recuar, de se interrogar e seguir em frente, mesmo sem saber onde chegaria.

É interessante observar como pesquisadora que, sua obra, mesmo com seus movimentos de construções/desconstruções/reconstruções, tem um fio condutor: o inconsciente. É possível refazer o seu caminho, com o privilégio de repetir as idas e voltas que Freud fez, através do seu escrito. Lacan ensinou a fazer esta leitura primorosamente. Por isso, elegeu-se para ajudar a ler e reler Freud.

2 A SEXUALIDADE PARA O FALANTE

“A realidade do inconsciente é a realidade sexual”

(Lacan)

Escolheu-se iniciar todo o percurso pela via da sexualidade para Freud (1905a/1996), que ampliou este conceito para além da genitalidade. Com o reconhecimento da sexualidade infantil, Freud (1905a/1996) redimensionou a sexualidade para além da reprodução. Pode-se, de início, apontar a marcante diferença entre o falante e o animal. Os animais se reproduzem, somente. O humano não apenas se reproduz. Uma demonstração disso é o fato de que o humano escolhe ou não ter filhos, ou mesmo que gerados biologicamente por outrem, ainda assim, escolhe adotar crianças. Ou pode-se observar que crianças não são adotadas como filhos por seus pais biológicos.

Pretende-se demonstrar que a sexualidade não é natural para o humano e que não se encerra num corpo biológico. O humano precisa de um outro do mundo da linguagem para se constituir, de um outro que se enderece a ele, e é justamente por esse outro pertencer ao mesmo mundo de linguagem, que não o ampara plenamente. E mais: não haverá o que o satisfaça. Para Freud (1905a/1996), trata-se de um objeto apreendido pela via da busca de um objeto pretensamente perdido, que se instaura no esforço da busca que se repete insistentemente. Para a psicanálise não há um objeto por excelência que trará a completude e harmonia na relação do homem com o mundo.

A partir desta noção da falta de objeto que não promove a satisfação, pode-se mais uma vez destacar que sexualidade e genitalidade não coincidem, pois é possível observar o fato do humano se satisfazer sexualmente com a plasticidade de objetos, tais como um sapato, uma meia-calça, um chicote ou até mesmo com uma criança. A isso Freud (1905a, 1927/1996) denominou fetichismo. Em “Três ensaios sobre a sexualidade” (1905a/1996), o autor diz que o fetiche não necessariamente é encarado como uma patologia, mas, quando se fixa somente no objeto, pode-se observar os descaminhos para a perversão sexual e que a escolha de um objeto dominado pelo fetiche sexual está relacionado às suas impressões sexuais ocorridas na infância. Vale dizer, que a noção de objeto se institui, para a psicanálise, na medida em que ele não existe.

A intenção neste trabalho é apresentar como a sexualidade se instaura no sujeito por uma via que é da falta, do fosso, da hiância, daquilo que Freud se deparou pela sua insistência: o inconsciente. Lacan (1964/2008) reafirma a experiência do inconsciente

freudiano como um achado que está relacionado ao conceito de falta. Que a sua causa se dá justamente por esse buraco, essa ruptura, algo da ordem do não-realizado, e que este autor precisou como o inconsciente sendo estruturado como a linguagem.

A sexualidade tem um lugar central na teoria freudiana, e observa-se que, desde o início, Freud (1898/1996), ao escutar suas pacientes, aposta no sexual como o desencadeador das neuroses, mostrando que a vida sexual das histéricas tece a formação dos seus sintomas, que se apresentam como traumas psíquicos. Em “Sobre o Mecanismos Psíquico dos Fenômenos Históricos: Comunicação Preliminar”, Freud e Breuer (1893-1895/1996), já haviam destacado que a neurose traumática não é causada pelo dano físico, mas pelo excesso de excitação no aparelho psíquico, pelo susto, nomeado como “trauma psíquico”. Pode-se apontar desde já a noção do sexual como traumático.

A noção de trauma decorre do silenciamento sobre o evento, de uma não liberação da excitação causada por um dado evento. Aqui, Freud (1893-1895/1996) se debruçou sobre os relatos de suas pacientes e se interrogou sobre a “teoria da sedução” que tinha empreendido até então. O autor revê esta teoria e propõe a “teoria da neurose traumática”, ligada à fantasia.

Freud (1893-1895/1996) observa que a etiologia da histeria está relacionada com a vida sexual e insiste nesta perspectiva na construção da psicanálise. No tratamento das histéricas, se depara com revelações de situações de sedução, de abusos sexuais perpetradas por pessoas bem próximas como uma cena traumática, e discute os efeitos disso na formação de sintomas. No entanto, este autor coloca em questão os relatos de suas pacientes. Retorna-se aos “Estudos sobre a histeria”, pelo fato de observar que, muito cedo em sua teoria, Freud (1893-1895/1996) debateu-se com o tema do incesto e com as supostas ocorrências de abusos sexuais: Houve ou não o abuso sexual?

É uma indagação que chama atenção, porque na atuação em psicologia é uma questão que se repete a partir das falas sobre abusos sexuais por parte da criança e seus familiares. Segue-se, então, analisando como Freud encaminha essa indagação. No decorrer dos tratamentos realizados, o autor observou que esses relatos eram cenas imaginárias. Freud (1893-1895/1996) se surpreende ao perceber que essas experiências infantis nem sempre condiziam com a realidade material ou factual.

Na “Carta 69”, dirigida a Wilhem Fliess, Freud (1897/1996, p. 310) expressa as dúvidas a respeito da teoria da etiologia traumática das neuroses, e desabafa na conhecida frase: “Não acredito mais em minhas neuróticas”. Suas observações clínicas o levaram a contestar a cena de abuso sexual infantil, perpetradas geralmente pelo pai sobre a filha. Ele constata que essas cenas de abuso, que julgara terem de fato ocorrido na experiência da

neurótica, eram fantasias. Uma das justificativas para essa explicação foi a observação de que, caso contrário, se tais cenas tivessem se realizado, o número de pais perversos seria assustador, conclui Freud (1897/1996). Aqui Freud já aponta para o estatuto da fantasia e da realidade do sujeito.

Sobre as cenas de sedução perpetradas por algum adulto, se são reais ou fantasias, pode-se observar o dilema e a saída para este impasse por Freud (1925b/1996, p. 40), em seu texto “Um Estudo Autobiográfico”:

[...] A maioria dos meus pacientes reproduzia de sua infância cenas nas quais eram sexualmente seduzidos por algum adulto. Com paciente do sexo feminino o papel de sedutor era quase sempre atribuído ao pai delas. Eu acreditava nessas histórias e, em consequência, supunha que havia descoberto as raízes da neurose subsequentes nessas experiências de sedução sexual na infância. Minha confiança foi fortalecida por alguns casos nos quais as relações dessa natureza com um pai, tio ou irmão haviam continuado até uma idade em que se devia confiar na lembrança. [...] fui finalmente obrigado a reconhecer que essas cenas de sedução jamais tinham ocorrido e que eram apenas fantasias, que haviam inventado ou que eu próprio talvez houvesse forçado nelas, fiquei por algum tempo inteiramente perplexo. [...] os sintomas neuróticos não estavam diretamente relacionados com fatos reais, mas com fantasias impregnadas de desejo, e que, no tocante à neurose, a realidade psíquica é de maior importância que a realidade material.

Este autor, a partir da sua experiência analítica, abandona a teoria da sedução e empreende a noção de fantasia. Escolheu-se dois casos clínicos de Freud para ilustrar essa passagem teórica e suas consequências. O primeiro foi apresentado na obra dos “Estudos sobre a Histeria: o caso Katharina”, de Freud (1893-1895/1996), e o outro, publicado em “Fragmento da Análise de um caso de Histeria”, o caso Dora (FREUD, 1905[1901]/1996).

Sobre Katharina, Freud (1893-1895/1996) apresenta como um caso de uma jovem, por volta de 18 anos, que é atendida em seu pedido de escuta, mesmo em uma ocasião incomum, considerando que Freud estava de férias, nas Cordilheiras dos Andes Orientais. No entanto, lhe chama a atenção o fato da jovem apresentar queixas similares às jovens da cidade de Viena. Katharina queixava-se de sintomas de crise de angústia (falta de ar, dores de cabeça, zumbido, aperto no peito), acompanhados da alucinação de um rosto que lhe olhava de uma maneira terrível.

A moça revela que as crises iniciaram dois anos antes, por ocasião de ter surpreendido o tio em cima da sua prima na cama do quarto da casa em que morava com sua tia e primo mais novo. A mesma contou tal fato para a tia, que veio a desembocar no divórcio dos tios. Sua tia resolveu morar longe do ex-marido que, por sua vez, passou a morar com a prima, engravidando-a logo depois. Indagada por Freud, Katharina lembra que anos antes, quando tinha 14 anos, este tio também fizera investidas sexuais a ela, mas na ocasião não

tinha entendido como tal. Relata que essas investidas não ocorreram apenas essa vez. Só depois, advertida da questão sexual, que tais situações lhe trouxeram efeitos. Freud (1893-1895/1996) associa o rosto alucinado ao desse tio, que passou a lhe hostilizar por tê-lo delatado para a tia.

Em uma nota de rodapé acrescentada em 1924, Freud revelou que o tio de Katharina, na verdade, era o seu pai, e destacou que o fato de acrescentar esta informação faz inferir que o autor sempre esteve preocupado com a questão do incesto. Observa-se, também, que esta nota acrescida é contemporânea às formulações em torno do Complexo de Édipo - “Dissolução do Complexo de Édipo” (1924/1996).

A análise deste caso se refere às experiências eróticas como momentos “traumáticos”. No entanto, a vida infantil estava colocada como uma vida ainda considerada por Freud como pré-sexual, que só atinge um poder traumático numa data posterior, ao se deparar com a vida sexual. Nesse momento, Freud (1893-1895/1996) ainda não tinha formulado sobre a sexualidade infantil. Assim, argumenta-se o caso Katharina como um caso de neurose traumática, que se caracteriza por um estado psíquico que se segue após um agente externo.

No texto escrito por Breuer e Freud (1893/1996), “Sobre o Mecanismos Psíquico dos Fenômenos Históricos: Comunicação Preliminar”, os autores mostram que a neurose traumática não é causada pelo dano físico, mas pelo afeto que ocasiona o susto: o trauma psíquico. Qualquer experiência que possa evocar afetos aflitivos (susto, angústia, vergonha, dor física), pode atuar como um trauma. Mais tarde, em “Além do princípio do Prazer”, Freud (1911-1915/2004) retoma esta discussão reafirmando que, na neurose traumática, o trauma é fixado psiquicamente, e enfatiza o fator surpresa, o estado em que se entra quando ocorre um perigo sem estar preparado, e acrescenta a noção da compulsão à repetição na formação dos sintomas. Conclui que o fator psíquico tem maior peso que o agente externo.

Evidencia-se no caso Katharina, que Freud (1893-1895/1996) ainda estava escutando o trauma sexual como um acontecimento, muito embora já se observe indícios do que Freud iria se dar conta mais tarde, sobre as fantasias e a realidade psíquica. Aqui, há um momento da teoria freudiana com a ausência da sexualidade infantil, a sedução como um papel fundamental e a constituição da ideia de uma cena primária na puberdade, que provoca uma retroação e a possível formação de sintomas.

Assevera-se, de forma generalizada, que Freud (1893-1895/1996) abandona a teoria do trauma e erige a teoria da fantasia. No entanto, durante a discussão do caso Dora, Freud (1905a/1996) afirma que não abandonou a teoria do trauma, ressaltando que não se

trata de uma teoria incorreta, mas incompleta. O autor parece estar se referindo ao fator psíquico já evidenciado no trauma.

No caso Dora, trata-se de um jovem também de 18 anos, que morava com os pais e com um irmão um ano e meio mais velho. Seu pai era um homem de negócios, dominante e inteligente, mas doente, precisando fazer tratamentos periodicamente. Sua mãe, dona de casa, de personalidade passiva, não se interessava muito pela vida dos filhos. Por solicitação do pai, Dora chega aos cuidados de Freud. Desde os 8 anos apresentava dispnéia crônica, aos 12 anos apresentava enxaquecas, tosse nervosa e, aos 18 anos, inclui-se a esses sintomas a perda completa da voz. O círculo familiar de Dora conta com a Sr^a K., enfermeira do pai, e o marido desta, Sr. K., que se tornaram amigos da família, frequentadores da casa e acompanhantes das viagens em família. Dora revela não querer mais conviver com os K. devido a proposta amorosa que o Sr. K. lhe fez em um passeio no lago. Antes desse ocorrido, Dora revela a Freud (1905a/1996) que, aos 14 anos, o Sr. K. lhe deu um beijo e a mesma o repugnou por isso. O autor aponta, neste caso, o trauma psíquico na experiência de Dora com o Sr. K., constituído como sexual. Mas os sintomas de Dora datam antes deste episódio traumático. Freud (1905a/1996) então segue a análise de Dora, lançando mão dos sonhos relatados por sua paciente.

Dora descobre que seu pai e Sr^a K. mantêm um relacionamento, e hostiliza os dois por isso. Freud (1905a/1996) associa o sintoma da garganta de Dora, sua “tussis nervosa” e afonia à uma representação de conteúdo sexual, de uma fantasia sexual, oriundas pelo seu hábito de chupar o dedo e produzida por suas inclinações amorosas pelo seu pai, despertadas a partir do seu interesse pelo Sr. K. e, também, pela Sr^a K. Observa-se que, neste caso, a inclusão das interpretações dos sonhos de Dora possibilitou que Freud (1905a/1996) fosse além do trauma, como um acontecimento externo. Com a premissa de que o sonho é um desvio do recalçamento e a realização de um desejo infantil, o autor chega às interpretações que colocam em análise a sexualidade infantil da jovem, tal como desejo incestuoso inconsciente, bem como a ênfase dada à fantasia, que se produz de modo a trazer à tona uma situação infantil.

Através dos sonhos, Freud (1905a/1996) apontou questões relativas à sexualidade infantil de Dora, como, por exemplo, a masturbação infantil, bem como as formulações do Complexo de Édipo, quando observou o desejo da jovem, não de fugir com o pai, mas de fugir para o pai, e da relação de rivalidade, de se colocar no lugar da mãe, ou melhor, da Sr^a K. para ter o pai. Os acontecimentos na vida de Dora, como, por exemplo, a cena do lago,

(restos diurnos), juntamente com o desejo infantil da jovem, estruturou a formação do seu sonho.

Desta maneira, foi possível observar no caso Dora a passagem da interpretação dos acontecimentos para a interpretação dos sonhos. Nesta transição, Freud (1905a/1996) acrescenta à teoria do trauma, junto ao fator infantil da sexualidade, a noção de fantasia e dos desejos inconscientes. O sonho é a via régia para o conhecimento do inconsciente, conclui Freud (1900/1996), após seus estudos em “Interpretação dos Sonhos”. É em torno dos sonhos de Dora, que Freud percebe que a questão de sua paciente não era com o seu pai, não apenas com ele, mas também com a Sr^a K.

Nas primeiras hipóteses freudianas, a causa da neurose estava relacionada a uma teoria traumática decorrente da realidade sexual factual como causadora do sofrimento psíquico. Havia uma crença de que os traumas psíquicos se equivaliam aos traumas físicos. Há um ponto de virada nos estudos da etiologia sexual das neuroses que abre espaço para a formulação da fantasia. Os sintomas não estão diretamente relacionados com fatos reais, mas com produções imaginárias constituídas de desejo e, nesse aspecto, Katharina e Dora são exemplar (FREUD, 1893-1895; 1900/1996).

Em “A Interpretação dos sonhos”, Freud (1900/1996), ao apontar a dimensão do inconsciente pela via do sonho, se questiona se se deveria atribuir realidade aos desejos inconscientes, e conclui que “[...] a realidade psíquica é uma forma especial de existência, que não se deve ser confundida com a realidade material” (FREUD, 1900/1996, p. 644). Ele afirma, neste mesmo texto, que “[...] o inconsciente é a verdadeira realidade psíquica; em sua natureza mais íntima, ele nos é tão desconhecido quanto à realidade do mundo externo” (FREUD, 1900/1996, p. 637). Vê-se aqui, que Freud fez uma discussão entre a realidade psíquica e realidade material ou factual, demonstrando que ainda estava se debatendo com o “mundo externo” e o “mundo interno”.

Nas “Conferências Introdutórias sobre Psicanálise - Conferência XXIII” -, ao falar sobre os caminhos da formação do sintoma, Freud (1916-1917/1996, p. 370) afirma que as fantasias “[...] possuem realidade psíquica em contraste com a realidade material, e gradualmente aprendemos a entender que no mundo da neurose, a realidade psíquica é a realidade decisiva”. Nas palavras de Melman (1985, p. 36) “[...] a fantasia impõe uma realidade psíquica àquela que seria material”.

Freud (1905a/1996) compreendeu o fato de que essas lembranças aparentemente falsas construíam fantasias, de desejo, que apontavam para a existência do Complexo de Édipo. O percurso que fez com o descobrimento da sexualidade infantil e, conseqüentemente,

o estado infantil da vida sexual, o fez observar impulsos sexuais das crianças dirigidos aos seus pais ou pessoas que se ocupam com os cuidados de higiene e alimentação. Com a impossibilidade de satisfazer esses impulsos, lança-se mão da fantasia como forma de compensar essa realidade irrealizável.

Pretende-se demorar um pouco no estudo da noção de fantasia, pois esta se impôs como tema central dessa pesquisa e, por isso, tratar-se-á do referido conceito num capítulo à parte.

Por ora, discute-se sobre o que Freud (1916-1917/1996) fala sobre a distinção da realidade e fantasia, e da impossibilidade de identificar o que pode pesar mais para a formação de um sintoma. Katharina precisou lidar com o ato incestuoso. No caso Dora, esta não vive um ato incestuoso com o pai, mas se depara com desejos e fantasias incestuosas por meio de sonhos. As duas pacientes de Freud produziram sintomas histéricos. Não é possível dizer, de antemão, o que causou maior sofrimento psíquico, muito menos no lugar do sujeito.

A noção de fantasia, que está relacionada à noção de realidade psíquica, supera a dicotomia entre externo e interno, e instaura uma noção topológica. Voltando aos casos de Katharina e Dora, observa-se que a situação traumática não está ligada apenas a um agente externo (realidade material), mas ao desejo inconsciente. Melman (1985, p. 60), à luz do caso clínico de Katharina, de Freud (1893-1895/2006), adverte que a dispneia da qual se queixa está relacionada com investidas sexuais de seu pai, pela incompatibilidade que esta lembrança impõe ao “eu”, sendo afastada da cadeia associativa, recalcada. Nota-se que o traumático, Freud (1893-1895/1996) encontra a cada vez, na fala de cada paciente que tratou, sob as vestes de um acontecimento sexual, pulsional.

A análise desses dois casos clínicos permite afirmar que uma situação traumática não é precipitada necessariamente por um fator externo – um fato que pode servir de fator desencadeante para a construção de uma fantasia –, sendo, assim, resultado da sobredeterminação do desejo, que de acordo com Freud (1900/1996) consiste na busca ininterrupta pela marca da falta. Assim, além de conferir importância aos fatos de realidade, interessa-se no sujeito, que representado entre significantes, nos termos de Lacan (1955-1956/2008), encontra oportunidade de fazer deslizamentos e construir para si outra realidade.

No que se refere à avaliação de crianças e adolescentes em suposta situação de violência sexual no CPTCA, observa-se que esta avaliação está dirigida ao fator externo traumatizante. Ao que parece, a preocupação volta-se ao que ocorreu fora do sujeito, e não no sujeito. Daí a importância de chamar a atenção dos operadores do contexto jurídico aos efeitos que o fator externo trouxe para cada um, que nem sempre foi experienciado como violência.

Além disso, de apontar também da impossibilidade de distinguir, na maioria das vezes, a realidade da fantasia, pois a fantasia emoldura a realidade, esta que é contada pelos sujeitos. Segue-se acompanhando como a teoria psicanalítica construiu a noção de fantasia como realidade do sujeito.

Cabe aqui uma observação quanto ao termo “sujeito”. Trata-se de um conceito radical, muito caro à psicanálise, posto que já fora problematizado pela filosofia, destacado pelo pensamento de Descartes, chamado de sujeito cartesiano, um sujeito atrelado à consciência, que tem a razão como seu principal atributo, ou seja, a ideia de que o indivíduo é o senhor de si mesmo.

Em psicanálise, quando se relata com Lacan o termo “sujeito”, esta-se referindo ao inconsciente freudiano e às profundas modificações à concepção cartesiana, a partir das elaborações freudianas que subverteram a noção do sujeito racional ao descobrir um ponto fúgido e inapreensível que é o inconsciente. O que ora se ressalta é que mesmo que o pai da psicanálise não tenha proposto o termo sujeito, Lacan (1955-1956/2008), ao fazer sua leitura do inconsciente, avança nesse referencial e propõe uma teoria do sujeito. Um sujeito engendrado pelo jogo da rede de significantes, conforme apresenta-se adiante, na extensão da proposta freudiana.

Esse jogo começa a ser delineado por Freud (1900/1996) em sua obra “A Interpretação dos Sonhos”, onde aprofunda seus estudos sobre o funcionamento psíquico a partir dos processos oníricos. Ao analisar os relatos de alguns sonhos, Freud (1900/1996) observa que há incertezas, esquecimentos e censura em torno da produção onírica. A partir de suas observações, conclui que há o conteúdo latente e o manifesto no sonho, que opera sob dois principais mecanismos de funcionamento: o deslocamento e a condensação.

O primeiro se refere a uma transposição dos valores psíquicos, na qual as intensidades, desprendidas de suas representações de origem, são transferidas para outras, as quais, aparentemente, não possuem relações lógicas com as primeiras. Já na condensação, ocorre que uma representação aparece no lugar de outra, o que dá origem, muitas vezes, a um efeito de estranhamento, de surpresa, frente ao aparecimento de um novo e inesperado sentido.

Ainda em “A Interpretação dos sonhos”, Freud (1900/1996) constrói a estrutura do aparelho psíquico, que ficou conhecido como a “primeira tópica do aparelho mental”, ilustrado pelo “esquema do pente”, no qual introduz uma distinção na extremidade sensória do aparelho, onde restam traços perceptivos que colidem com traços mnêmicos. A partir

disso, este autor apresenta a existência das instâncias psíquicas: consciente, pré-consciente e o inconsciente.

Em suas obras posteriores “A Psicopatologia da Vida Cotidiana” e “Os Chistes e sua Relação com o Inconsciente”, pode-se constatar, com Freud (1901; 1905b/1996), que esses mecanismos não são privilégios dos sonhos, mas também se mostram claramente presentes em atos falhos e chistes, por exemplo. Assim, pode-se concluir que tais mecanismos possuem grande importância na manifestação do funcionamento inconsciente, o qual Lacan (1957-1958/1999) irá aproximar, em especial em seu seminário “As Formações do Inconsciente”.

No movimento dessa aproximação com a proposição freudiana, Lacan (1955-1956/2008) fará uma incursão na linguística, em especial naquela que se constituiu da teoria saussureana, que diz que o signo linguístico é constituído pelo significante (s), com o qual se associa um significado (S), um conceito. No entanto, Lacan (1955-1956/2008) subverte essa associação significado/significante, conferindo primazia ao significante em relação ao significado, destacando que o significante por si é destituído de significação, e que é só na articulação entre os significantes.

Quanto ao sujeito, observa-se onde Lacan (1955-1956/2008) o situa: justamente como o que cai da cadeia significante, é na articulação entre os significantes que possibilita as condições de engendrará-lo. Eis como Lacan (1998, p. 302) define o sujeito, na relação com o significante: “[...] o significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante”. A fórmula utilizada para se referir a essa relação é: S1, \$ e S2, onde S1 e S2 são significantes e o \$ é o sujeito barrado, posto que, em si mesmo, ele não tem significação.

Quer dizer, o sujeito é efeito de significação produzido pela cadeia significante, uma cadeia que decorre da falta radical e originária da falta constitutiva do sujeito. Freud (1900/1996), a propósito dos sonhos, designa “a outra cena” como sendo o inconsciente. A sua descoberta permite apreender o lugar de fenda, de buraco, onde Lacan (1957-1958/1999) posteriormente vai situar um significante-pivô (o falo), não para preencher uma falta, mas para dizer que na medida em que não é o objeto parcial, é um significante privilegiado dessa marca que se conjuga com o desejo, que se articula com a falta de um significante primordial, a partir do qual a ordem simbólica se estrutura, do qual se pode colocar em jogo a rede de significantes.

Lacan (1955-1956/2008) retornou a Freud (1900/1996), reconhecendo em seus conceitos de deslocamento e condensação, dois importantes mecanismos de funcionamento da língua: a metonímia e a metáfora. A primeira representa o deslizamento interminável da

cadeia significativa, sem o qual a segunda não pode existir, já que a mesma indica um ponto de parada desse deslizamento, onde pode advir algo de novo: um efeito de significante. Esse jogo de deslocamento e condensação marca a relação do sujeito com o significante justamente pelo fato do homem não poder ser inteiro.

É justamente nessas quebras, nesses intervalos da cadeia, que pode haver um lugar para o sujeito do inconsciente. Não se deve esquecer que foi a partir desses momentos de interrupção da linearidade da consciência que Freud (1915b/1996) pôde fazer a suposição dessa instância psíquica tão peculiar que é o inconsciente:

Todos esses atos conscientes permanecerão desligados e ininteligíveis, se insistirmos em sustentar que todo ato mental que ocorre conosco, necessariamente deve também ser experimentado por nós através da consciência; por outro lado, esses atos se enquadrarão numa ligação demonstrável, se interpolarmos entre eles os atos inconscientes sobre os quais estamos conjecturando (FREUD, 1915b/1996, p. 172).

Tentou-se, até aqui, abordar a noção do inconsciente para balizar esse trabalho. A intenção é preparar o terreno para o leitor e situar o lugar de onde se fala, que é de onde Lacan (1964/2008) traduz a concepção do inconsciente. Assim, pode-se ver como essa concepção se estabelece na vida do falante, destacando que sua realidade inicia antes mesmo do nascimento do humano, das circunstâncias de como é esperado, da maneira como é chamado, pelo mundo de linguagem em que será imerso. O bebê nasce e vem ao mundo. Tem-se aqui sua primeira experiência traumática. Se não é isso, é a morte.

Nota-se o romper do sexual muito cedo na vida do filhote do homem. A criança experiencia o autoerotismo por meio de determinadas partes do corpo excitáveis e que são fontes de prazer sexual infantil, tais como os órgãos genitais, os orifícios como boca, o ânus e outras superfícies sensoriais denominadas “zonas erógenas”. Essa estrutura de borda em torno das zonas erógenas remete ao conceito de pulsão, caracterizado como um estímulo proveniente do próprio organismo que tem como meta a satisfação, sempre parcial. É sempre parcial porque o objeto não existe (FREUD, 1915a/1996). Já Lacan (1964/2008) expõe que a sexualidade entra em jogo pela via das pulsões parciais. Ou seja, ganha um contorno pulsional e sua cadeia de significantes. Mais uma vez, demarca-se que o sexual no humano está ligado ao pulsional e se distingue do animal, que tem como marca o instinto. O humano, como já afirmado, tem como marca a falta.

A teoria psicanalítica se ampara no conceito de pulsão e libido para falar da desnaturalização do humano. No entanto, vale salientar que a teoria freudiana não abandona o biológico, o fisiológico. Hanns, ao comentar a edição brasileira do texto “Pulsões e destinos

da pulsão”, adverte sobre a definição dada por Freud (1911-1915/2004, p. 148) sobre a pulsão - Trieb - como “conceito de fronteira entre o somático e o psíquico”. Esta definição, diz Hanns, pode levar a uma compreensão reducionista ou dicotômica. Não se trata de ressaltar o “psiquismo” ou a “força química”, mas sim, de “[...] uma medida da exigência de trabalho imposta ao psíquico em consequência da relação com o corpo” (FREUD, 1911-1915/2004, p. 148). Não pode-se perder isso de vista. O homem, assim como os animais, sente necessidades como a fome, respiração, e de outras de ordem sexual. No entanto, por estar imerso em um mundo de linguagem, o amparo biológico se coloca de outra maneira.

Tentar-se-á discutir essa transformação a partir de como Freud (1905a/1996) se apropriou do termo “libido” para se referir a uma pulsão sexual, com o intuito de demonstrar do que se trata ou de que modo se institui a fronteira entre o psíquico e o somático a que ele se refere no campo da sexualidade. Libido é um termo empregado na teoria das pulsões para descrever a manifestação dinâmica da sexualidade, e foi utilizado por Freud (1905a/1996) para situar tudo aquilo que se distingue da função de conservação (fome, sede, etc.).

Lacan (1953-1954/1986, p. 135) afirma que libido tem a ver com a função de desejo, e: “[...] a libido ganha seu sentido, por se distinguir das relações reais ou realizantes, de todas as funções que nada tem a ver com a função de desejo, de tudo que toca as relações do eu e do mundo exterior”. A libido é a presença do desejo, elemento essencial do processo primário, onde o impulso se satisfaz essencialmente pela alucinação.

O que coloca o aparelho mental em funcionamento é a marca de uma experiência de satisfação, que quer dizer que não há um objeto que promova satisfação: e mais, que é de uma insatisfação que se trata. É isso que Freud (1920/2006) enuncia em “Além do Princípio do Prazer”, que a compulsão à repetição busca investir num resto pulsional que não cessará de insistir e, por isso, busca pela via da repetição alcançar uma satisfação, que por sua própria condição é insatisfação.

Aqui, sublinha-se a leitura que Lacan (1964/2008) faz do texto de Freud (1915a/1996), quando estende o pulsional à condição da linguagem, e concebe o funcionamento psíquico como o constante deslizar do investimento em traços mnêmicos às associações de palavras. A teoria freudiana mostra que não há um objeto que garanta satisfação, e Lacan (1964/2008) aponta para o impossível de uma interpretação última, evidência da radicalidade do inconsciente freudiano que insiste pela repetição a investir nas trilhas associativas, que é o próprio inconsciente. Segundo Lacan (1964/2008), a pulsão inconsciente está ligada à realidade sexual, e o desejo é o ponto nodal que se articula com os significantes. Este autor diz que: “A pulsão é precisamente essa montagem pela qual a

sexualidade participa da vida psíquica, de uma maneira que se deve conformar com a estrutura de hiância que é do inconsciente” (LACAN, 1964/2008, p. 173).

Ao afirmar que a sexualidade é a realidade do inconsciente, Lacan (1964/2008, p. 151) lembra do realismo do inconsciente, ao afirmar que: “[...] que o inconsciente não é ambiguidade de condutas, futuro saber que já se sabe por não se saber, mas lacuna, corte, ruptura que se inscreve em certa falta”. O sexual é o que há de inapreensível no sujeito e o que se tenta esconder.

O desejo, para a psicanálise, expressa a lógica do inconsciente, e tem origem na miragem de satisfação, a alucinação, que, por sua vez, faz com que o bebê continue a mamar com os lábios, mesmo quando não há mais seio. A alucinação seria, então, a estrutura primordial do desejo, o que advém desse primeiro encontro mítico. Desta maneira, chama-se atenção para o fato do desejo se inscrever como falta, melhor dizendo, desejo é falta.

O fetichismo, do qual se refere como exemplo da desnaturalização da sexualidade no início deste capítulo, se apresenta, de acordo com Lacan (1956-1957/1995), na dinâmica do desejo. O objeto fetiche está relacionado ao confronto da castração, muito embora esteja também amparado na mãe fálica como mola decisiva. Em fetichismo, Freud (1927/1996, p. 155) diz que:

[...] o fetiche é o substituto para o pênis, decerto criarei um desapontamento, de maneira que me apresso a acrescentar que não é um substituto para qualquer pênis ocasional, e sim para um pênis específico e muito especial, que foi extremamente importante na primeira infância, mas posteriormente perdido. Isso equivale a dizer que normalmente deveria ter sido abandonado; o fetiche, porém se destina exatamente a preservá-lo da extinção. Para expressá-lo de modo mais simples; o fetiche é o substituto do pênis da mulher (mãe) em que o menininho outrora acreditou e que não deseja abandonar.

Lacan (1956-1957/1995) faz a leitura dessa passagem freudiana se referindo ao significante privilegiado, que é o falo da mãe. Ele acrescenta que na relação sujeito-objeto, na qual se inclui a falta, um mais-além, existe o amor, que está fundado justamente na fato do sujeito se dirigir à falta que está no objeto. O fetiche figura a falta para além do objeto, ou seja, pretende se colocar no lugar da falta, e isso pode se configurar como um desejo perverso.

Estas formulações levam a pensar no evento da violência sexual, o qual se pode pensar a criança deslocada do objeto de amor para o objeto-fetiche. Para poder encaminhar um pouco mais estas reflexões, deseja-se demonstrar, no capítulo a seguir, como o sexual se dá na esteira da constituição do sujeito, onde será evidenciado a predominância da relação imaginária entre a mãe, a criança e o falo.

Até aqui, o objetivo realizou-se em demonstrar que há um sexual no sujeito, marcado pela linguagem, marcado por uma falta, e, por isso, traumático. Do sexual, travestido de um desejo que se destingue da vontade, do desejo que não se sabe, que é indestrutível e inconsciente. A intenção desse trabalho interessou-se em mostrar a sexualidade como uma realidade circunscrita nisso que Freud se deparou e inaugurou a psicanálise: o inconsciente.

3 SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO

“O falo como significante dá a razão do desejo”

(Lacan)

Destaca-se como tudo se inicia na vida do humano. Ao nascer, o bebê chora. Essa ação é desencadeada a partir de uma via interna motora. Esse recém-nascido, totalmente dependente da interferência de alguém do mundo externo, de alguém que se ocupe dos cuidados dele - casualmente no ato de mamar -, tem seu choro atendido. Caso isso não ocorra, ele morre. Esta “ação específica”, como nomeou Freud (1950[1895]/1996), se transforma numa imagem mnêmica, uma imagem recordativa do objeto que proporcionou satisfação para a criança. Por isso, pode-se dizer que a primeira experiência de satisfação do humano é mítica. Isso porque o seio da mãe (ou outros derivados), inicialmente, não existe enquanto objeto, nem mesmo parcial, pois o objeto de satisfação não existe. Freud (1905a/1996) indica que o objeto é apreendido pela via de uma busca de uma marca de falta. Trata-se de uma tendência do aparelho psíquico.

Freud (1900/1996) constrói algumas formulações sobre o funcionamento do aparelho psíquico a partir de um ponto de vista econômico. Apresenta-se a concepção dialética do psiquismo sistematizada por Freud (1911-1915/2004) em dois princípios. O princípio do prazer - processo primário - regulado pelas sensações de prazer - desprazer, sendo este último relacionado ao aumento de estímulo e a sensação de prazer relacionada à diminuição de excitação. Concatenado a este princípio, estabeleceu o princípio de realidade - processo secundário -, responsável por avisar ao aparelho psíquico quanto a ausência de objeto, condição para o aparelho alucinar.

Desde o “Projeto para uma Psicologia Científica”, Freud (1950[1895]/1996) destaca que o objetivo do organismo é evitar o desprazer e descarregar energia, que o organismo é formado por quantidades de excitações que podem ser tanto externas como internas. Aqui, o autor dá ênfase no impacto do meio sobre o organismo e na reação do organismo ao meio, mas ao fazer referência aos estímulos endógenos, pode-se percebê-los como os precursores das pulsões. Aqui, já tem-se o esboço do funcionamento psíquico que vai tomando densidade com os artigos metapsicológicos na obra freudiana (FREUD, 1911; 1915a;1915c/1996).

Importante ressaltar, que após a primeira experiência mítica de satisfação, as experiências posteriores são repetições, tendências do princípio do prazer que insiste em se

satisfazer. Para que o aparelho psíquico não fique alucinando neste objeto, o princípio de realidade se introduz como essencial para o funcionamento da vida psíquica. Na tentativa de satisfação, o humano se frustra, e isto é essencial para que não fique preso na alucinação.

Julga-se importante destacar que o sujeito considerado é amparado num corpo pulsional a partir dos investimentos libidinais. O humano, por ser desnaturalizado pela linguagem, tem seu corpo, um corpo pulsional, e sua constituição se dá pelo investimento da pulsão sexual nas bordas de todos os seus buracos. O fato de um outro do mundo externo se ocupar do filhote do homem, seu corpo vai sendo estimulado e, de acordo com Freud (1905a/1996), constituindo zonas erógenas. A criança possui um corpo erógeno, desta maneira, segue-se apresentando o percurso dos investimentos libidinais, que inicialmente está voltado ao eu, período denominado como auto-erotismo.

Neste período, o bebê apresenta impulsos sexuais que possui a boca como uma zona erógena. Essas zonas, ao serem estimuladas, provocam uma sensação prazerosa, que Freud (1905a/1996) teorizou como “fase oral”. O chuchar consiste na repetição rítmica de um contato de sucção com a boca (os lábios), que se manifesta no bebê e pode persistir até a vida adulta, como, por exemplo, o beijo, o ato de chupar o dedo e outras partes do corpo. No lactente é possível observar que o que está em jogo está para além do propósito de nutrição. O ato da criança chuchar “[...] é determinado pela busca de um prazer já vivenciado e agora relembrado” (FREUD, 1905a/1996, p. 171).

A erogenização do corpo infantil permanece e repete-se em parte, em outras zonas como o ânus e os genitais. Trata-se de uma parte da pele ou mucosa, de onde certos tipos de estimulação provocam uma sensação prazerosa de determinada qualidade. É na própria delimitação da zona erógena que a pulsão se monta e desmonta, se beneficiando do traço anatômico de uma margem ou borda como, por exemplo: boca, anus, órgãos genitais, olho (LACAN, 1964/2008).

Por meio dos atos educativos, é dito para a criança onde deve fazer seu cocô, e a criança se defronta pela primeira vez com o mundo externo como força inibidora, hostil à sua obtenção de prazer. No investimento libidinal anal há um duplo prazer: o de reter as fezes e evacuá-las. É uma forma de se relacionar com os objetos, de ter (prender) ou dar (dádiva). A zona anal intermedia um apoio da sexualidade em outras funções corporais. Considerada uma segunda fase pré-genital (a primeira é a fase oral), esta fase sádico-anal tem uma organização sexual que se constitui como ativa e passiva, produzida pela pulsão de dominação através da musculatura do corpo. Na fase anal vê-se, também, expressões das atividades masturbatória,

mediadora para a fase genital. As crianças percebem os genitais como órgãos facilmente excitáveis (o pênis para os meninos e o clitóris para as meninas).

Este corpo infantil deve ser levado em conta numa situação de abuso sexual. Esse corpo abusado não se encerra num corpo biológico. Trata-se de corpo pulsional submetido à linguagem. De um corpo erogenizado pela palavra. Nessa esteira, podem-se evidenciar a disposição “perversa polimorfa” da criança pequena. De acordo com Freud (1905a/1996), significa dizer que a vergonha ainda não está presente e, em seus primeiros anos, apresenta satisfação em mostrar o desnudamento do corpo, com ênfase nos órgãos sexuais. A vergonha, o asco e a moral estão ainda em processo de construção. Desta forma, a criança pode facilmente ser seduzida e induzida a todas as transgressões possíveis. Esta condição coloca a criança numa situação de vulnerabilidade.

No contexto de uma violência sexual, a criança é submetida às experiências que ela não tem muitas vezes, recursos subjetivos para elaborar, podendo esse fato vir a gerar sofrimento psíquico. Aqui é importante frisar que a experiência de que a criança venha vivenciar com um adulto não a responsabiliza pelo ato, como comumente se pode escutar por parte de alguns abusadores, como, por exemplo: “ela quis”, ou “ela que provocou”. Estas experiências que a criança vivencia com um adulto não têm para ela o mesmo significado que tem para ele, havendo a confiança da criança no abusador, o que demarca uma diferença geracional e caracteriza o ato ou jogo sexual como abusivo e violento.

Retornando e dando continuidade à constituição do sujeito, situando-se a fase auto-erótica, descrita como um estado inicial da libido, que sofre uma operação psíquica e se volta para os objetos. Segundo Freud (1915c/1996, p. 99): “As pulsões auto-eróticas estão presentes desde o início, e é necessário supor que algo tem que ser acrescentado ao erotismo, uma nova ação psíquica, para que constitua o narcisismo”.

Freud (1915c/1996) não deixa muito claro que a ação psíquica seria necessária para essa passagem do auto-erotismo ao narcisismo. No funcionamento do psiquismo, aparece algo de novo, cuja função é dar forma ao narcisismo, ou seja, à origem imaginária da função do eu. A oferta de uma imagem se inicia no processo de identificação articulado pela libido. Pode-se apontar o narcisismo como uma transição entre a libido do eu e a libido objetual, sem abandonar os investimentos libidinais do eu.

Inicialmente, o bebê se percebe como extensão do corpo da mãe. A criança estabelece uma relação com a mãe que se constitui num jogo de ausência-presença. A medida em que o bebê experiencia este jogo e se dá conta que não é todo para mãe, passa a se voltar para outros objetos, desejar algo para além de sua mãe.

Com a contribuição de Melman (2008), apresenta-se a maternagem como uma doação; que nunca poderá ser plenamente realizada, pois se trata de uma doação faltosa. É nesta relação entre a mãe e a criança que esta criança poderá introduzir-se no registro do desejo. Se o filho não é todo para a mãe, e, por isso, procura no mais além outros objetos, ela é um ser de falta. Assim, corrobora-se a afirmação do autor: “[...] o que uma mãe pode oferecer ao seu filho é o que lhe falta” (MELMAN, 2008, p. 129).

Essa operação instaura uma divisão psíquica irreversível no sujeito frente à repetição do desaparecimento da mãe, de forma que os significantes que acompanham esse processo são as primeiras marcas subjetivas. Dessa maneira, produz-se o surgimento do sujeito como representante do desejo.

Aponta-se com Lacan (1956-1957/1995), que o objeto materno está relacionado com o registro do apelo. Ele é chamado quando está ausente e este apelo pode mostrar uma dimensão simbólica, daquilo que falta. Esta mãe – que já está inserida no registro simbólico, uma vez que regida pelas leis da linguagem – falta.

Freud (1920/2006) ilustra essa teorização ao descrever a brincadeira do carretel, a partir da observação de uma criança que, por volta dos seus 18 meses brinca com o carretel e com a vocalização do *fort-da* (ali e aqui), jogando o carretel para longe e trazendo-o de volta, pelo fio, mostrando a simbolização da presença e ausência da mãe, sendo “[...] a repetição da saída da mãe, como causa de uma *spaltung* no sujeito” (LACAN, 1964/2008, p. 67).

O estágio do espelho, proposto por Lacan (1998) serve para o estudo sobre a constituição do eu. Esse acontecimento ocorre, geralmente, a partir dos seis meses, e se conserva até por volta dos 18 meses. Este autor destaca o fato de a criança ser capaz de reconhecer sua própria imagem no espelho e jubilar-se diante dela num momento prematuro. Ele analisa, assim, o movimento que se produz entre a criança e sua imagem virtual, do qual se alcançará a constituição de um eu unificado, segundo ele, ortopedicamente, dando lugar à constituição do eu sob a forma de imagem narcísica. Lacan (1953-1954/1986, p. 96) afirma que: “É a aventura original através da qual, pela primeira vez, o homem passa pela experiência de que se vê, se reflete e se concebe como outro que não ele mesmo – dimensão essencial do humano que se estrutura toda a sua vida de fantasias”. Aponta-se aqui, como o registro do imaginário está ligado à construção da imagem do corpo próprio e ao eu produzido como primeiro plano de identificação. Está aí um ponto crucial que diferencia o humano dos animais.

O ponto importante é que essa forma situa a instância do eu, desde antes de sua determinação social, numa linha de ficção, para sempre irredutível para o indivíduo

isolado - ou melhor, que só se unirá assintoticamente ao devir do sujeito, qualquer que seja o sucesso das sínteses dialéticas pelas quais ele tenha que resolver, na condição de [eu], sua discordância de sua própria realidade (LACAN/1998, p. 98).

Ao longo do texto de Lacan (1998) sobre o estágio do espelho, observa-se a discussão sobre o seu aparato orgânico e os efeitos do contato com o ambiente, colocando as formulações sobre a noção do espelho num lugar e momento de encontro entre esses fatores. A partir da passagem destacada é possível identificar como esses elementos aparecem relacionados:

[...] um drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação – e que fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, as fantasias que se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até sua totalidade que chamaremos de ortopédica – e para a armadura enfim assumida de uma identidade alienante, que marcará com sua estrutura rígida todo o desenvolvimento mental (LACAN, 1998, p. 100).

O corpo, tomado como uma montagem/desmontagem pulsional, é um corpo erógeno. Há aqui uma precipitação psíquica frente ao orgânico, ao que Lacan (1998) entende ser um drama entre a insuficiência (biológica) e a antecipação (psíquica). O sujeito toma consciência do seu corpo como totalidade, e passa a ter domínio imaginário do seu corpo, ainda prematuro. Vale salientar que o imaginário dessa “unidade” do eu pela identificação especular com a imagem do outro. Destaca-se a importância do olhar daquele que vem ocupar o lugar do Outro para a constituição dessa “matriz simbólica”. A criança, antes mesmo que possa olhar a si mesma, diante do espelho vê uma imagem que se apoia no olhar do Outro. A constituição imaginária do eu depende de um dado lugar simbólico que lhe é anterior e fundamental.

A imagem fantasiada do corpo da mãe é a primeira realidade infantil. Os objetos passam a ser exteriorizados e isolados desse seu primeiro Outro. A relação com a imagem do outro situa-se no nível onde o sujeito dirige-se ao Outro para a satisfação de suas necessidades. Pode-se dizer que o primeiro Outro é a mãe. Esta relação encontra-se no nível das experiências e do momento em que o sujeito entra no jogo da fala, no atravessamento do estado de *infans* para o estado falante. A partir daí, com a introdução das fantasias, do jogo imaginário, os objetos do mundo exterior serão colocados como equivalentes a esse primeiro objeto alucinado. As construções do imaginário não acontecem sem a ação do simbólico, ou seja, acontecem a partir de um esquema em que o Outro materno esteja em condições suficientes de investimento libidinal por supor que ali há um sujeito que deseja (LACAN, 1957-1958/1999).

O Estádio do Espelho estabelece uma relação do organismo com a sua realidade. Por intermédio do simbólico, se instaura a defesa do eu, de onde se situa o recalque e seus retornos num estágio mais arcaico.

Aqui abre-se um espaço para dizer que o recalque ocorre quando a força que causa o desprazer se torna mais potente, que a que produz prazer e o seu propósito é a evitação de desprazer (FREUD, 1911-1915/2004). Sua ação, que consiste na retirada do investimento de moções pulsionais são, em parte, inibidas em sua finalidade.

Observa-se que, desde o romper da vida sexual infantil, suas experiências estão fadadas a fracassar por conterem desejos infantis considerados intoleráveis e inconciliáveis com a realidade, desembocando em sensações desagradáveis, por isso mesmo, destinadas ao esquecimento, à amnésia infantil, ao recalque. Os derivados do recalque são fantasias, que se constituem como uma identificação.

Voltando ao júbilo diante da imagem do espelho, vê-se que a criança é levada a uma antecipação que encobre a falta com os recursos que tiver no plano da realidade, por meio da fantasia, onde se estrutura o imaginário, na relação entre a mãe, a criança e o falo. Na medida em que o desejo da criança é o desejo da mãe, diz-se que é preciso de algo para além dessa mãe, de uma intervenção além do que a simbolização primordial dessa mãe que vai e vem, que ao mesmo tempo intervém e dá acesso ao objeto de seu desejo.

A partir da noção da falta, necessário lembrar dos termos lacanianos que situam três formas evocadas em torno do falo, pelos registros do Simbólico, Real e Imaginário. Não se trata de se referir à três campos ao apresentar estes três registros, mas sim, dizer que as mesmas ações, os mesmos comportamentos podem se distinguir nas funções, e podem se apresentar na ordem de relações de forma distintas. São ancorados na estrutura da linguagem nos “registros essenciais da realidade humana” (LACAN, 2005, p. 12).

Ainda nos termos de Lacan (1957-1958/1999), apresenta-se aqui, o primeiro tempo edípico, no qual a criança identifica-se com a mãe, o objeto de seu desejo. Primordialmente, a mãe é considerada como provida de falo, uma mãe fálica, desconsiderando a diferença sexual. A criança torna-se o falo da mãe – objeto imaginário que preenche a falta, que terá como referência o [eu] ideal. É preciso uma interferência nesta relação que une a criança e a mãe, e esta interferência se denomina “falo”, elemento de significação, na medida em que ele está e não está. É preciso que a criança assuma o falo como significante, para que ele possa acender ao simbólico.

Vê-se como Freud (1908/1996) chega às formulações da premissa fálica, que possibilitaram a leitura de Lacan (1956-1957/1995) sobre o falo como um significante-pivô.

Mostra-se a existência de impulsos afetivos e eróticos na relação da criança com o mundo, por meio da pulsão oral e anal. É chegado um momento em as crianças, impulsionadas pelas circunstâncias da vida, geralmente estimuladas pelo nascimento do irmão ou observando outras famílias, querem saber “de onde vêm os bebês”. Querem saber sobre si mesmo, sobre sua origem. Elas não se conformam com a teoria da cegonha ou qualquer resposta que não esclareça verdadeiramente essa questão a elas. Por meio da curiosidade e investigações sexuais infantis, as crianças engendram suas teorias sexuais para responder sobre a origem dos bebês, à questão da sexualidade, da procriação, disso que se situa como uma “questão-enigma” para o sujeito (FREUD, 1908/1996).

Nesta fase, a criança está ocupada com o seu próprio sexo e é motivada pela falta de resposta sobre o sexual. Ela se dirige aos seus pais ou algum outro adulto, mas a resposta, geralmente evasiva ou repreensiva, é insatisfatória. O adulto dá provas do seu próprio embaraço diante do sexo, de responder de um lugar de falta.

É interessante notar algumas nuances que têm o pedido de atendimento à criança travestida por uma denúncia relativa ao sexual no âmbito da justiça. É possível escutar denúncias de situações de crianças envolvendo jogos sexuais com outras crianças da mesma idade. Convém destacar que a questão da violência está para os adultos, não para as crianças, sobre o se deparar com o sexual dos filhos e responderem de maneira embaraçada ou precipitada, no sentido de que, diante do que não é possível responder, recorre-se à justiça para dar uma resposta.

Sobre as teorias sexuais infantis, a primeira diz respeito ao desconhecimento das crianças sobre o sexual, mas que se coloca a partir da diferença sexual, e “[...] consiste em atribuir à todos, inclusive às mulheres a posse de um pênis” (FREUD, 1908/1996, p. 196). Ainda ingênuos, no que se refere à distinção dos sexos, os meninos pensam que todos os seres têm pênis como eles. Meninas quando se deparam com a diferença, acham que seu pênis é pequeno e crescerá – premissa fálica.

Quando parece se encaminhar a descoberta da existência da vagina e inferir que a penetração do pênis paterno na mãe foi o ato que gerou o bebê no corpo desta, a criança perplexa interrompe a sua investigação. A teoria de que sua mãe possui um pênis a impede que descubra “[...] a cavidade que abriga o pênis” (FREUD 1908/1996, p. 198). A ignorância acerca da existência da vagina faz a criança acreditar na segunda teoria: que o bebê precisa ser expelido como excremento, pela evacuação, já que ele se desenvolve no corpo da mãe, seguida da terceira teoria sexual, que se refere às possíveis presenças de crianças, em ocasião

doméstica, às relações sexuais de seus pais. Estas percebem o coito como um ato violento e chega à concepção sádica do coito.

Tais teorias sexuais infantis, de certa maneira, estão relacionadas à falta de resposta para o sexual, a criança “inventa” a sua história, idealiza o seu mito, como diz Lacan (1956-1957/1995). Ela se depara com a diferença sexual, que é quando Freud (1923/1996) confere um papel central ao falo e refere-se a como cada sexo situa o “seu órgão”.

Quase vinte anos depois de demonstrar o descobrimento da sexualidade infantil, Freud (1923/1996) faz uma interpolação na teoria da sexualidade, dizendo que não é da primazia dos genitais que trata a sexualidade, mas da primazia do falo. Precisa-se o que Freud formula sobre o falo a partir da organização genital infantil, mas por ora, assinala-se que ainda, sem se referir ao termo “falo”, Freud (1905a/1996, p. 210) afirma que “[...] o encontro com o objeto é um reencontro”. Sendo o falo um objeto que Freud forja para indicar a falta de um objeto (LACAN, 1956-1957/1995).

A relação triangular entre mãe, criança e falo é predominantemente imaginária, muito embora o simbólico já esteja presente. Nesta relação pretensamente dual entra mãe e filho, há uma confusão entre o eu e o outro. Pode-se relacionar este tempo com o estágio do espelho, no tempo do eu especular, numa perspectiva narcísica. A criança identifica-se com a mãe, identificando-se com o objeto de seu desejo, e torna-se o falo da mãe – objeto imaginário que preenche a falta. Aqui, ainda não há um confronto com a diferença sexual, o conflito se dá entre ser ou não ser o falo.

Com a descoberta da característica da primazia fálica na organização genital infantil, Freud (1924/1996) percebe que as crianças reagem diferentemente ao se darem conta da diferença sexual. O menino, que inicialmente imagina que todos possuem o pênis, descobre no decorrer do seu desenvolvimento que o pênis não é comum a todas as crianças. A menina descobre que não tem o pênis, mas acredita que ainda é pequeno e crescerá depois. Ao perceber que nas mulheres adultas a falta do pênis permanece, concebe que para a mulher esta falta é resultado de uma castração como punição. E o menino acha que pode perdê-lo.

Pode-se, então, verificar a ligação que Freud faz desta fase da primazia fálica com a castração: “A falta de um pênis é vista como resultado da castração e agora, a criança se defronta com a tarefa de chegar a um acordo com a castração em relação a si própria” (FREUD, 1923/1996, p. 159). As publicações freudianas entre 1920-1930 forçam a destacar que este pênis, a que Freud se refere, não equivale ao órgão genital. O objeto que está em causa na castração é o falo, o objeto imaginário.

Faz-se uma digressão na apresentação da constituição do sujeito, deixando-o na perspectiva falicista imaginária, para introduzir o desenvolvimento do conceito de fantasia, termo que foi utilizado durante o desenvolvimento deste trabalho para depois retornar com as formulações em torno do Édipo-castração. Ao escutar casos de incesto, o drama edipiano se introduz como o cerne dessa experiência, sobretudo, às questões relativas à diferença sexual. No capítulo a seguir, faz-se-á uma incursão sobre o que Freud desenvolveu sobre a noção de fantasia com a leitura lacaniana.

Ocupou-se em desenvolver até aqui, as experiências pré-edipianas colocadas em jogo com a mãe, que dão esteio aos traumas, fixações e impressões. Como visto, a relação de objeto coloca a falta como central, que dá suporte ao registro do simbólico, o lugar da palavra.

A intenção aqui, ao desenvolver o estágio do espelho, é enfatizar a anterioridade do simbólico, um sujeito que é representado entre significantes, e que faz do eu (*moi*) seu porta-voz, como forma de se relacionar com os outros. A ordem simbólica tem o seu embrião já na tríade imaginária mãe-criança-falo (LACAN, 1956-1957/1995). O que Lacan (1957-1958/1999) chamou de falo, tem uma ligação com o pai de ordem metafórica, desta forma, o falo tem uma ligação com o pai de ordem metafórica, que dará fundamento ao lugar do pai, tendo o que irá retornar após esta digressão.

4 SOBRE A FANTASIA E A REDE DE SIGNIFICANTES

*“[...] que culpa temos nós dessa planta da infância, de
sua sedução, de seu viço e constância?
(Nassar, 1989)*

Observa-se que as formulações em torno da fantasia foram se evidenciando a partir do próprio material empírico da experiência com crianças em situação de violência sexual no âmbito jurídico, e do caminho percorrido na pesquisa dos textos psicanalíticos.

Nessa pesquisa, deparamos-nos com várias referências freudianas relativas à noção de fantasia. O empreendimento desta noção iniciou muito cedo na teoria em torno dos estudos da histeria, entre o final do século XIX e início do século XX, como já apresentado ao introduzir a concepção da sexualidade a partir de Freud, tomando como pano de fundo os casos Katharina e Dora.

Freud (1910[1909]/1996) apresenta as fantasias como recurso para lidar com a realidade, com a impossibilidade de satisfação dos impulsos sexuais. Para o neurótico, ao querer recusar a realidade, a fantasia é um recurso. Lançou-se mão das fantasias, como um suporte para a ilusão da satisfação primeira.

No que se refere ao trabalho com crianças em situação de abuso sexual, pode-se retornar à Freud (1916-1917/1996), e perceber que este tema permeou suas formulações teóricas, sobretudo, em torno da fantasia. Ele pontua, na Conferência XXIII, que o abuso sexual de uma criança por algum dos parentes masculinos mais próximos pode pertencer inteiramente ao reino da fantasia. Identificou que a fantasia de ser seduzido, quando na verdade não ocorreu sedução nenhuma, geralmente é utilizada por uma criança para encobrir um período auto-erótico de sua atividade sexual. Neste texto, Freud (1916-1917/1996, p. 372) afirma:

[...] a única impressão que nos fica são esses eventos da infância serem de certo modo exigidos por uma necessidade, incluírem-se entre os elementos essenciais da neurose. Se ocorreram na realidade, não há o que acrescentar; mas se não encontram apoio na realidade, são agregados a partir e suplementados pela fantasia, o resultado é o mesmo, e até o presente, não conseguimos assinalar, por qualquer diferença nas consequências, se foi na fantasia ou na realidade aquela que teve participação maior nesses eventos da infância.

Examinando mais de perto a obra freudiana, vê-se que em nenhum momento Freud (1916-1917/1996) despreza os abusos sexuais acontecerem de fato. Não se trata de

desprezar os fatos ou minimizar a ação daquele que abusa, mas de destacar que o excessivo do traumatismo é singular para cada sujeito. Freud superou esta questão em torno da realidade e fantasia afirmando que realidade e fantasia coincidem. A fantasia é a realidade do sujeito.

Para desenvolver melhor esta afirmação, segue-se a teorização em torno da fantasia, analisando o que Freud (1919/1996) nos mostra sobre as “fantasias de espancamento” recordadas pelos seus pacientes, e que indicam que estas são decorrentes do complexo de Édipo. Em “Bate-se em uma criança”, Freud (1919/1996) sistematiza esta fantasia em três fases, a partir dos relatos de seus pacientes adultos e percebe como as crianças estão envolvidas com seu complexo parental. Ele faz distinção dessas fantasias para as meninas e para os meninos. As afeições de menina estão fixadas no pai, e do menino na mãe. As fantasias para as meninas constituem-se em: a) o meu pai está batendo em uma criança; b) meu pai está batendo em mim; c) alguém está batendo na criança.

A primeira fase da fantasia foi traduzida por Freud (1919/1996, p. 202) como: “[...] o meu pai está batendo nesta criança que eu odeio, não ama essa criança, ama apenas a mim”. Fantasia que decorre hipoteticamente do nascimento de irmãos e o despertar do ciúme. Na segunda fase, a criança em que se está batendo transformou-se naquela que produz a fantasia e que, em certo sentido, Freud diz não ter existência real, mas de modo algum sem importância. Na terceira fase, a pessoa que bate não é mais o pai, a criança que fantasia estar olhando a cena, assistindo a criança que está sendo batida, fantasia que Freud designa como “masoquista”.

Lacan (1957-1958/1999) aponta que Freud faz um estudo sistemático da fantasia de espancamento, através das etapas do Complexo de Édipo, destacando que é no nível do pai que se situa a significação. Que mesmo em uma fantasia arcaica, antes do Édipo, o pai está presente. O que é interessante para Freud (1919/1996), nas fantasias de espancamento por meio de suas constâncias, é a dedução de que a fantasia tem relação com o pai.

A fantasia primitiva nasce de uma relação triangular. Nestas fantasias ditas de espancamentos por Freud (1919/1996), há uma relação entre o sujeito, o irmão e o pai, decorrente da triangulação simbólica, entre a mãe, criança e o falo, na medida em que se descobre que o objeto do desejo da mãe é o falo – “significante-pivô” na cadeia de significantes. Este entra desde logo em jogo, a partir do momento em que o sujeito aborda o desejo da mãe, em que o sujeito se confronta com o lugar imaginário onde se situa o desejo da mãe.

Considerando o evento do incesto, dirige-se a atenção para os modos como a fantasia, que Freud (1919/1996) distingue como “originária”, se apresenta em relação à

concepção que inclui a cena primitiva, à sexualidade pelas fantasias de sedução, e a questão da diferença entre os sexos que impõe a castração e atrela a resposta do falante à posição que virá a ocupar no mundo, determinando, assim, sua estrutura, seja a neurose, psicose ou perversão.

Embora o objetivo desse trabalho não seja aprofundar a discussão sobre esta estrutura, julga-se importante mostrar que os traços perversos são constitutivos na formação do psiquismo e que a fantasia tem uma função na vida do sujeito, e este conceito ajuda a pensar sobre as estruturas clínicas da neurose e perversão.

Freud (1905a/1996, p. 155) afirma que “a neurose é o negativo da perversão”. Em nota de rodapé, Freud (1905a/1996) destaca que as fantasias conscientes dos perversos, que em circunstâncias favoráveis podem se transformar em ato, não diferem das fantasias inconscientes dos neuróticos que estão por trás do sintoma. A neurose está relacionada à barra, ao recalque (*Verdrängung*), como um dos destinos das pulsões. Enquanto que a perversão está relacionada à negação, à recusa, à rejeição (*Verneinung*) dessa barra, do limite, do interdito, a um não submetimento à castração. O sujeito busca se satisfazer sempre, portanto, não está em harmonia com as exigências sociais.

Na linguagem das perversões, pode-se ainda notar que Freud (1911-1915/2004) sublinha sobre a pulsão de olhar, o par de opostos voyeurismo-exibicionismo. A transformação em seu contrário é um dos destinos das pulsões, que se observa no redirecionamento de uma pulsão da atividade para a passividade, exemplificados pelos pares de opostos: sadismo/masochismo e voyeurismo/exibicionismo. A pulsão é sempre ativa e a transformação se refere às metas da pulsão; a meta ativa: torturar, ficar olhando, é substituída pela passiva ser torturado, ser olhado. Troca-se o objeto sem alteração da meta.

As fantasias da pulsão de olhar, como por exemplo, da pessoa ficar olhando um órgão sexual e o órgão sexual ser olhado por outra pessoa, são as mesmas para o neurótico e para o perverso, no entanto, para o primeiro ela é evitada, recalcada, e no segundo, não. Lacan (1964/2008) sublinha que a pulsão não é a perversão, pois o que define a perversão é o modo pelo qual o sujeito aí se coloca. Há uma ambiguidade em relação à pulsão de olhar, e o que o sujeito procura ver é o objeto enquanto ausência.

O que se olha é aquilo que não se pode ver. Se graças à introdução do outro, a estrutura da pulsão aparece, ela só se contempla verdadeiramente em forma invertida, em sua forma de retorno, que é a sua verdadeira pulsão ativa. No exibicionismo, o que é visado pelo sujeito é o que se realiza no outro. A visada verdadeira do desejo é o outro, enquanto que forçado, para além de sua implicação em cena. Não é apenas a vítima que está envolvida no exibicionismo, é a vítima enquanto que referida a algum outro que a olha (LACAN, 1964/2008, p. 179).

Em se tratando do evento da violência sexual, poderia dizer que o sujeito coloca a criança no lugar do objeto, como um fetiche. Na perversão, o alvo é atingido, a pulsão é desnuda, enquanto que na neurose a pulsão é evitada. Lacan (1956-1957/1995) chama atenção para a tendência de se ler a perversão como algo instintual, e que é um curto-circuito direto no sentido da satisfação, de interpretar a noção freudiana de que a perversão é o negativo da neurose, como se esta fosse o seu positivo.

O que diz Freud é exatamente o contrário. O negativo de uma negação não é de modo algum, forçosamente, seu positivo, como demonstra o fato de Freud afirmar, da maneira mais clara, que a perversão está estruturada em relação a tudo aquilo que se ordena em torno da ausência e da presença do falo. A perversão tem sempre alguma relação, nem que seja de horizonte, com o complexo de castração (LACAN, 1956-1957/1995, p. 256).

O intuito em fazer uma breve discussão sobre as estruturas clínicas da neurose e perversão, tendo como eixo condutor a fantasia, serve para demonstrar a dimensão perversa da sexualidade de todo falante e sua relação com as fantasias, sejam elas inconscientes ou conscientes. Segundo Lacan (1964/2008, p. 181), a estrutura da perversão é um efeito inverso da fantasia, pois “[...] a fantasia é a sustentação do desejo, não é o objeto que é a sustentação do desejo [...]. É o sujeito que se determina a si mesmo como objeto, em seu encontro com a divisão da subjetividade”.

Lacan (1956-1957/1995), sobre a teoria da falta de objeto no “Seminário 4”, aponta que o objeto é colocado sobre um fundo de angústia. É o instrumento para mascarar a relação do sujeito com o mundo e, nesta perspectiva da relação de objeto, o fetiche desempenha uma função de proteção contra a angústia de castração, na medida em que esta se liga à percepção da ausência de órgão fálico no sujeito feminino e à negação dessa ausência. “[...] o objeto tem uma certa função de complementação com relação a alguma coisa que se apresenta como um furo, até mesmo como um abismo na realidade” (LACAN, 1956-1957/1995, p. 22).

Escolheu-se o caso “O Homem dos Lobos” para ilustrar a discussão em torno do angústia de castração e a fantasia originária. Foi publicado em “Uma neurose infantil”, por Freud (1918/1996), em meio aos textos metapsicológicos freudianos. Será visto com este caso, que a teoria da sedução não foi totalmente abandonada, e com o conceito da “cena primária” vê-se que a noção de sedução se conserva, mas a partir de outro lugar, embasado com o complexo Édipo-castração.

Com a noção da “cena primária”, Freud (1918/1996) corrobora que não há dicotomia entre os fatores “externos” e fatores “internos” para a formação de sintomas. Com

“O Homem dos Lobos” pode-se aprofundar esta discussão. É um caso de 1914, publicado apenas em 1918. Trata-se de um jovem russo apresentando um quadro de uma gonorréia infecciosa, que procura tratamento com Freud, já incapacitado, dependente de outras pessoas e com histórico de internações em sanatórios. Freud (1918/1996) percebe que seus sintomas se iniciam na infância e se interessa pela história infantil de seu paciente.

Seus sintomas se desenvolvem, primeiramente, com uma atitude perversa e cruel com animais, com três anos e meio, e depois com o surgimento da angústia e da fobia quando tinha quatro anos. Segue-se uma intensa formação de sintomas obsessivos, incluindo rituais religiosos antes de dormir. Freud (1918/1996) propõe que esses sintomas estejam relacionados com um evento traumático. A partir de uma lembrança da infância, durante a análise se inicia uma série de construções como a investigação infantil, o amor pela babá, a sedução ativa da irmã, a entrada da governanta que ameaça a relação com a babá, a masturbação e a ameaça da castração.

As relações de todos esses fenômenos surgem a partir da lembrança de um sonho que ocorreu antes do paciente completar quatro anos. O sonho dos sete lobos brancos numa árvore, que o olhavam fixamente e que iriam comê-lo. A interpretação deste sonho provoca a lembrança de uma cena ainda mais precoce, a chamada “cena primária”. Quando o menino tinha um ano e meio, teria visto um coito dos seus pais, no qual pode ver os genitais de sua mãe e de seu pai. Assim, o lobo, que lhe dava medo era o pai em posição ereta. Freud (1918/1996) comenta que essa cena foi ativada pelo sonho dos lobos aos quatro anos, e supôs, inicialmente, a existência de um trauma. Entretanto, a lembrança de um sonho traz a discussão sobre a realidade da cena primária e sobre a possibilidade dessa cena não ser uma lembrança, mas uma fantasia do sujeito já na fase adulta. Prates (2006, p. 59) diz que:

A questão a respeito da realidade ou não da cena primária poderia nos conduzir a uma substituição do suposto evento traumático por uma fantasia mantendo, entretanto, a ideia de uma experiência de rememoração como uma retrospectiva cronológica. Neste caso, bastaria substituir o trauma pela fantasia. A análise visaria, portanto, não a lembrança de uma cena vivida, mas de uma cena fantasiada que, não obstante, já estaria lá para ser encontrada.

Neste caso clínico, Freud (1918/1996) torna a perspectiva da cena primária subjacente ao sonho. Não se pode dispensar a hipótese de que o menino observou uma cópula, cuja visão lhe trouxe a ameaça da castração, ou pode ter sido, também, a observação da cópula de animais, que depois foi transferida para os pais, como que deduzindo que seus pais faziam do mesmo modo. Lacan (1953-1954/1986, p. 46) se questiona em torno da cena primária do Homem dos Lobos: “quem saberá jamais o que ele viu?”. Isto significa dizer que

as fantasias, cenas, sintomas não nascem nem se constituem puramente dos fatores endógenos e nem puramente dos fatores externos. Dito de outra forma, fantasia e realidade coincidem, ou ainda, a fantasia é a realidade do sujeito. Lacan (1964/2004, p. 47) toma o exemplo do Homem dos Lobos para mostrar que é em relação ao real que funciona o plano da fantasia. “o real suporta a fantasia, e a fantasia protege o real”. Eis a função da fantasia.

Monzani (1989), ao discutir o movimento da teoria freudiana, argumenta que não houve, necessariamente, uma ruptura teórica no pensamento freudiano com o abandono da teoria da sedução. Este autor defende que Freud não abandonou o esquema da sedução, ela nunca foi totalmente negada, haja visto as formulações em torno do Complexo de Édipo, que redimensiona progressivamente o papel da sedução. Em “Esboço da psicanálise”, Freud (1940[1938]/1996) afirma que há uma sedução, da qual ninguém escapa – a sedução da mãe.

O primeiro objeto erótico de uma criança é o seio da mãe que a alimenta; a origem do amor está ligada à necessidade satisfeita da nutrição. Não há dúvida de que, inicialmente, a criança não distingue entre o seio e o seu próprio corpo; quando o seio tem de ser separado do corpo e deslocado para o “exterior”, a criança tão frequentemente o encontra ausente, ele carrega consigo como um objeto, uma parte dos investimentos libidinais narcísicas originais. Este primeiro objeto é depois completado na pessoa da mãe da criança, que não apenas a alimenta, mas também cuida dela e, assim, desperta-lhe um certo número de outras sensações físicas, agradáveis e desagradáveis. Através dos cuidados com o corpo da criança, ela se tornou o seu primeiro sedutor. Nessas duas relações reside a raiz da importância única, sem paralelo, de uma mãe, estabelecida inalteravelmente para a toda a vida como o primeiro e mais forte objeto amoroso e como protótipo de todas as relações amorosas posteriores - para ambos o sexo (FREUD, 1940[1938]/1996 p. 202).

Pode-se articular esta referência freudiana com a discussão de Melman (2003, p. 23), em torno da pedofilia, a qual ele afirma, de maneira humorada e provocante que “a primeira pedófila é a mãe!”, e complementa que “[...] em todas as histórias do neurótico, sabemos muito bem que, esse amor, essa sedução, esse tipo de gozo exercido sobre a criança, podem ter um papel determinante em suas dificuldades posteriores” (MELMAN, 2003, p. 23). A mãe precisa não ver a criança como o falo para introduzi-la no simbólico.

Traz-se o recorte da primorosa obra “Lavoura Arcaica”³ para ilustrar essa relação sedutora da mãe para com o seu filho. Trata-se da história de uma família patriarcal que vive na zona rural com valores tradicionais e religiosos. O filme é narrado por André, que sai de casa por não se submeter aos ditos do pai. Pedro, filho mais velho vai à cidade trazer seu irmão de volta, a pedido de sua mãe. O filme é atravessado pelo diálogo dos irmãos e a partir

³ Obra de Raduan Nassar, *Lavoura Arcaica*, publicado em 1975 e retratado no filme homônimo dirigido por Luiz Fernando Carvalho em 2001.

de suas narrativas revela-se um ato incestuoso entre André e sua irmã mais nova, Ana. A tragédia familiar só vem à tona com o retorno de André para casa. Uma cena do filme chama atenção para demonstrar a posição da mãe neste romance familiar. O modo como a mãe de André o acorda todo amanhecer para ir à missa. Segue a narração de André:

Deus me acordava todos os dias pr'eu comungar na primeira missa e em como eu ficava acordado na cama vendo de um jeito triste meus irmãos nas outras camas, eles que dormindo não gozavam da minha bem-aventurança, e me distraíndo na penumbra que brotava da aurora, e redescobríndo a cada lance da claridade do dia, ressurgindo através das frinchas, a fantasia mágica das pequenas figuras pintadas do alto da parede como cercadura, e só esperando que ela entrasse no quarto e me dissesse muitas vezes “acorda, coração” e me tocasse muitas vezes suavemente o corpo até que eu, que fingia dormir, agarrasse suas mãos num estremecimento, e era então um jogo sutil que nossas mãos compunham debaixo do lençol, e eu que ria dela cheia de amor me asseverava num cício “não acorda os teus irmãos” e ela depois erguia minha cabeça contra a almofada no seu ventre e, curvando o corpo grosso, beijava muitas vezes os meus cabelos, e assim que eu me levantava Deus estava do meu lado, em cima do meu criado mudo (NASSAR, 1989/2014, p. 25).

Já mencionou-se que a mãe, ao se expor ao seu filho como falta, como um desejo em aberto, permite à criança introduzir-se no registro do desejo. É o que Melman (2015) chamou de “doação faltosa”. Se uma mãe engaja com seu filho uma relação incestuosa imaginária, o qual secretamente ela faz dele um herói, colocado na condição do mais amado, mais desejado, no lugar do seu marido, o que se pode apontar com esta posição? Fala-se de um incesto puramente imaginário, “incesto de sonho”, nas palavras de Melman (2015, p. 130). Esta situação não é rara em meio às diversidades de casos clínicos. Na passagem da obra de Nassar (1989/2014), pode-se falar de um filho que ultrapassou o incesto junto à sua mãe, mesmo que na ordem do imaginário, da fantasia, e isto trouxe consequências: o incesto na geração subsequente. Esta mãe não imaginava as consequências que estariam por vir.

A fantasia passa a ser um certo número de estados sucessivos, durante os quais se destaca que alguma coisa se modifica e alguma coisa permanece constante, que se entrelaça com o que se pode chamar de papel da origem simbólica e origem real da cadeia primitiva da história do sujeito. De acordo com Lacan (1957-1958/1999, p. 421), a fantasia só pode ser concebida como inconsciente e com o significante.

[...] existem no inconsciente cadeias significantes que subsistem como tais, que são estruturados a partir dele, que agem como o organismo, que influenciam o que aparece externamente como sintoma, essa é a base da experiência analítica. É muito difícil conceber a incidência do inconsciente seja lá do que for do imaginário do que colocar a própria fantasia no nível do que, como denominador comum, apresenta-se para nós no nível do significante, ou seja, o significante. A fantasia é, essencialmente, um imaginário preso numa certa função significativa (LACAN, 1957-1958/1999, p. 423).

A função da fantasia situa-se no sujeito barrado, no ponto mais articulado da sua presentificação em relação ao pequeno “a”, isto é, o que Lacan (1957-1958/1999) formula como: ($\$ \diamond a$). Isto significa o efeito fantasístico, que é a história, o roteiro “[...] que pode permanecer latente por muito tempo num certo ponto do inconsciente, mas que pode ser organizado como um sonho, por exemplo. Isto só é concebido com a função significante, que lhe confere sua estrutura, consistência e insistência” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 423).

Segundo Lacan (1957-58/1999), o que Freud mostra de essencial da fantasia é que de fato alguma coisa se modifica, e alguma coisa permanece constante e tem a ver com a rede de significantes. A fantasia não está estruturada puramente na relação imaginária ente os sujeitos. “A fantasia inconsciente é desde sempre dominada, estruturada, pelas condições dos significantes” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 263).

André atribui a culpa do seu drama familiar vestido pelo ato incestuoso com a sua irmã aos cheiros da infância, à Deus, aos afagos desmedidos. O enredo desta obra é embebecida por significantes, nos quais André ampara sua narrativa. Pode-se remeter à fantasia relacionada com a instância do significante. O que parece essencial são os avatares dessa fantasia, suas transformações, seus antecedentes, sua história, suas subjacências, aos quais as investigações analíticas dão acesso. Aqui, chama-se atenção sobre os efeitos decorrentes da fantasia, no qual o sexual está intrínseco. Indica-se que a fantasia sexual se constrói em torno do vazio, na relação com os outros do mundo externo; e que é no contexto familiar que a sexualidade se constitui.

Volta-se ao sujeito no ponto que se deixou da última vez, a relação mãe-falo-criança, que Lacan (1957-1958/1999) chamou de “primeiro tempo edípico”, bem como à discussão da significação do falo. O segundo tempo edípico é marcado pelo advento do simbólico, que se estrutura desde a relação de presença-ausência da mãe, e marcado pelo confronto com a diferença sexual. O pai comparece pelo discurso da mãe, e este, como representante da lei, priva a mãe de reintregar o seu produto. A criança deixa de ser o falo, o pai é aquele que possui o falo e a criança se depara com o conflito entre ser – ter o falo.

A posição do menino e da menina é diversa em relação a seu arranjo diante do complexo Édipo-castração. Para Freud (1924/1996) a fase fálica, ou melhor dizendo, o falo, é contemporâneo ao Complexo de Édipo e a ameaça de castração ocasiona um impacto na organização genital. Tanto a posição masculina como a feminina coloca em questão a perda do pênis. A primeira como punição resultante, a segunda como pré-condição. Freud (1924/1996), que formula o complexo de Édipo na perspectiva do masculino, admite que teve dificuldades em pensar sobre o desfecho do conflito edípico para as meninas. A saída para as

meninas seria fazer uma equação simbólica que constitui trocar o pênis pelo bebê, como forma de compensação: não se tem o pênis, mas é possível ter um filho.

No texto “Algumas consequências Psíquicas da Distinção Anatômica entre os sexos”, Freud (1925a/1996) tenta desenvolver a questão sobre a diferença entre ter e não ter o pênis, e sentencia que a menina aceita a castração como fato consumado, ao passo que o menino teme a possibilidade de sua ocorrência. Ele afirma que nas meninas, o complexo de castração é uma formação secundária e se faz possível introduzido pelo complexo de Édipo; e para os meninos o complexo de Édipo inicia o seu declínio pelo complexo de castração.

Assinalou-se anteriormente que Freud (1925/1996) valorizou a perda e a falta do pênis do complexo de castração, no entanto, isto não quer dizer que a castração se reduz às consequências psíquicas das diferenças anatômicas entre o sexo. A anatomia não é o destino.

Lacan (1956-1957/1995) chama a atenção de que pênis e falo não se equivalem. Lacan (1956-1957/1995) se refere ao falo simbólico, naquilo que se pode transmitir alguma coisa que é tanto presença quanto ausência: um objeto simbólico. E o falo instaura a diferenciação simbólica entre o sexo. “Este falo, a mulher não o tem simbolicamente. Mas não ter o falo, simbolicamente, é dele participar a título de ausência, logo, é tê-lo de alguma forma. O falo está sempre para além de toda relação entre o homem e mulher” (LACAN, 1956-1957/1995, p. 155).

O falo está em questão tanto para meninas como para os meninos e, na sua função simbólica, ele instaura a diferenciação simbólica entre os sexos, na medida em que ele está ou não está presente.

Freud (1923/1996) faz referência à primazia fálica, para apontar a proximidade da organização genital infantil com a do adulto, que está relacionada ao confronto com a diferença sexual. Para ambos os sexos, a perda do pênis desempenha um papel na vida humana. “[...] a antítese aqui é entre possuir um órgão masculino e ser castrado” (FREUD, 1923/1996, p. 161). Este enfrentamento desembocará na masculinidade (atividade) e feminilidade (passividade).

Ao se confrontarem com a diferença sexual ou com cenas que adquirem uma significação sexual, as crianças deparam-se com um conflito psíquico, com aquilo que elas querem e não querem saber, pois se trata de um confronto com a castração, das insígnias em torno do Complexo de Édipo-castração.

Ainda sobre a premissa fálica, Freud (1908/1996) apresenta certa dificuldade para sustentar que o falo é um balizador tanto para a menina como para o menino, embora a perspectiva do masculino seja considerada a universal. Freud (1931/1996) se questiona se

para as meninas o complexo de Édipo lhe impõem um problema a mais que nos meninos. O primeiro objeto amoroso de uma criança é a mãe. Para o menino, a mãe continua sendo o seu objeto de amor, e o pai está fadado a ser o seu rival. E a menina, passará por uma troca do objeto de amor original: ela troca a mãe pelo pai. Diante do objeto original para ambos, que é a mãe, como ocorre para as meninas, abandonar a mãe e tomar o pai como objeto? Lacan (1956-1957/1995) diz que para as meninas seria mais simples, pois na identificação mais remota, ela saberia onde está e a quem se endereçar, àquele que tem o que a mãe deseja: o falo.

Melman (2004) lembra que para Freud, o incesto se dá na relação da mãe e filho. Ele chama atenção à rara frequência de casos de incesto de mãe e filho, em comparação com as relações sexuais com outros membros da família, como, por exemplo, irmão-irmã, tio-sobrinha, pai-filha etc; e diz que essa incidência deveria ser melhor estudada; apontando a observação de que os casos conhecidos de incesto do filho com a mãe terminam mais frequentemente em transformações psíquicas do tipo psicótico.

Em experiência no CPTCA, pode-se confirmar a raridade do incesto mãe-filho, dado que nenhum caso de relação sexual entre mãe e filho foi registrado no Centro de Perícias Técnicas para Crianças e Adolescentes até a última análise dos dados (SILVA, 2013). As ocorrências dos casos atendidos, são de relações sexuais entre membros familiares são entre padrasto-enteada, pai-filha, avô-neta, tio-sobrinha, irmão-irmã. Ainda com Melman (2004), o tema do relação sexual entre pai-filha apareceu muito cedo na psicanálise sob a forma de neurose traumática, que se caracteriza por um estado psíquico que se segue após um agente externo, como descrevemos anteriormente.

Tentou-se articular esta observação de Melman (2004) com a diferença de posição entre o menino e a menina diante da castração. Será que a diferença está relacionada ao fato do Complexo de Édipo ser secundário para as meninas e a castração se estabelecer como condição? Será que ao ocorrer o ato incestuoso praticado pelo pai, algo já se estabeleceu na triangulação pai, mãe e filha que lhe possibilita outros recursos para lidar com tal situação?

De início, tanto a menina como o menino desejam a mãe. Lacan (1957-1958/1999), na lição do “Seminário V - A menina e o falo”, diz que é numa posição masculina que a menina deseja a mãe. Pode-se pensar como se dá esta identificação para a menina. É preciso que algo aconteça para se conduzir para a posição feminina. A menina, que não tem o pênis, atravessa a fase fálica, com a ilusão de que crescerá. É por intermédio do desapontamento, da desilusão em relação a essa fase fantasística que a menina é introduzida no Complexo de Édipo. Com o fracasso da relação com a mãe, ela descobre a relação com o

pai que será normatizado pela equivalência do pênis que jamais possuirá, e passará a equivaler a ter um filho do pai, que também jamais terá. O *penisneid* se articula essencialmente na entrada da mulher na dialética edipiana.

Já foi dito que o objeto materno está relacionado com o registro do apelo, em que ele é chamado quando está ausente e este apelo pode mostrar o início de uma dimensão simbólica, daquilo que falta. A mãe, que já está inserida no registro simbólico, ela falta, e neste sentido torna-se real, uma potência. A ordem simbólica tem o seu embrião já na tríade imaginária mãe-criança-falo, mas é a entrada em jogo da função paterna, introduzida pela dimensão do Édipo, que o simbólico se confirma, ligando à questão do pai como central na constituição do eu. A criança percebe que não é objeto único da mãe, que o interesse da mãe é o falo, o que falta nela mesma. É por intermédio de certa rivalidade do sujeito com o pai, pontuada pela identificação numa alternância de relações, que se introduz a potência fálica, a relação simbólica. Segundo Lacan (1956-1957/1995, p. 84):

[...] este termo (o pai) introduz a relação simbólica, e com ela a possibilidade de transcender a relação de frustração ou de falta de objeto na relação de castração, a qual é uma coisa inteiramente diversa, pois introduz esta falta de objeto numa dialética onde se toma e se dá, onde se institui e onde se investe, em suma, uma dialética à falta, a dimensão do pacto, de uma lei, de uma interdição, a do incesto, em particular.

A dimensão simbólica está entrelaçada com o pai que se liga à lei primordial da proibição do incesto. É o pai que fica encarregado de representar essa proibição. Com Lacan (1957-1958/1999), o pai é constituído por uma simbolização primordial entre a criança e a mãe, a colocação substitutiva do pai como símbolo, ou significante, que está entre a mãe e o filho. Tem-se aqui o pai como representante da lei, um pai simbólico, um pai potente, ou não. Aí é onde pesa o interdito do incesto, como condição para a entrada do humano em sociedade, participante de uma comunidade: quando o pai priva a mãe de reintegrar seu produto e, de acordo com Lacan (1957-1958/1999), ainda, todas as relações com pessoas de gerações diferentes. [...] o pai intervém em vários planos, antes de mais nada, interdita a mãe. Esse é o fundamento, o princípio do complexo de Édipo, é aí que o pai se liga à lei primordial da proibição do incesto. É o pai que fica encarregado de representar essa proibição (LACAN, 1957-1958/1999, p. 174.)

É a entrada da função paterna, introduzida pela dimensão do Édipo, que o simbólico se confirma, pois como já foi mencionado, a posição da mãe já está inscrita e fundamentará o simbólico, que está ligado à questão do mais além, do pai. Com Lacan (1957-1958/1999), o pai entra no circuito constitucional como uma metáfora, a qual chama

“Metáfora Paterna”, e diz respeito a uma simbolização primordial da relação do desejo da criança em servir de objeto à mãe. Uma substituição deste desejo pelo significante Nome-do-Pai; a colocação substitutiva do pai como símbolo, ou significante, que está entre a mãe e o filho. Desta forma, a lei está ligada ao pai, daquele que introduz o sujeito na castração. Tem-se o pai como uma função, como ocupando um lugar central na constituição psíquica e no estabelecimento da cultura.

Vale lembrar que falar da posição do pai como simbólico corresponde a uma função que pode se materializar em diversas formas culturais. É no lugar do x (falo) do desejo da mãe que o pai vem enquanto significante. Lacan (1957-1958/1995, p. 187) indica que:

[...] pelo simples fato de vocês instituírem uma ordem simbólica, alguma coisa corresponde ou não à função definida pelo Nome-do-Pai, e no interior dessa função que vocês colocam significações que podem ser diferentes conforme os casos, mas que de modo algum dependem de outra necessidade que não a necessidade da função paterna, à qual corresponde o Nome-do-Pai na cadeia de significantes.

Lacan (1958/1995) chama atenção para a colocação do pai - que promulga efetivamente a proibição do incesto, como função, no primeiro plano do complexo de castração. O Nome do pai, enquanto elemento significante da Lei, sustenta a falta estruturando o sujeito através da linguagem. Lei que barra o desejo, o incesto, o movimento anárquico das pulsões primitivas, possibilitando-lhes outras vias de satisfação, uma vez que é marcado pela falta radical do objeto. A função do significante Nome-do-Pai será, portanto, proibir o incesto, instituindo para o sujeito um objeto causa de seu desejo, que está para sempre perdido, tornando o desejo indestrutível.

Após a apresentação da constituição do sujeito e sua relação com a lei, pode-se retomar como a fantasia aí se estabelece. Por intermédio da experiência clínica, é possível apontar a fantasia, no que ela pode indicar um descaminho, uma perversão ou devaneio, como uma conciliação do imaginário e o simbólico. Viu-se que Lacan (1958-1959/2016, p. 28) introduziu o seu seminário “O desejo e sua interpretação”, indicando que o desejo se situa na fantasia como um recurso para se defender do desamparo, um recurso que advém da experiência imaginária da relação com o outro. “[...] a função da fantasia é dar ao desejo do sujeito seu nível de acomodação, de situação. Por isso é que o desejo humano tem propriedade de estar fixado, adaptado não a um objeto, mas sempre, essencialmente, a uma fantasia”.

Neste sentido, conclui-se que a fantasia tem uma função importante na constituição do sujeito, não há como ser desprezada, sendo ela mesma a sua realidade e a via de acesso à ele. Pôde-se destacar, neste capítulo, sobre a fantasia, que a relação do sujeito com

o falo se dá primeiramente na relação com a mãe. Que, primeiramente, para ambos os sexos, trata-se de uma mãe fálica. A criança aprende desde a origem que a mãe contém o falo. A castração se opera primeiramente pela mãe e depois pelo pai. Pela mãe na acepção de privada do falo, da descoberta da castração da mãe. O desenvolvimento da fase fálica desenvolvida aqui tem uma dominância imaginária (do atributo fálico), e esta fase tem como efeito o recalque, representados pelos sintomas, seja a fobia, seja a perversão, esta última sublinha-se como uma questão para pensar sobre o tema do incesto. Lacan (1957-1958/1996), no texto “A significação do falo”, chama atenção de que o falo não é uma fantasia, nem é um objeto, nem o pênis ou clitóris, é um significante com função na economia intra-subjetiva da análise. Funciona como um significante pivô e é efeito de de uma rede de significantes. Pode-se ler em Lacan (1957-1958/1996, p. 700):

[...] que o falo seja um significante impõe que seja do lugar do Outro que o sujeito tem acesso à ele. Mas, como esse significante só se entra aí, velado e com razão do desejo do Outro, é que esse desejo do Outro como tal que se impõe ao sujeito reconhecer, isto é, o outro enquanto ele mesmo é dividido pela spaltung significante.

Ainda com este autor, viu-se que o complexo de castração está relacionado à posição do inconsciente frente ao sexual, da não possibilidade de identificar-se com o sexo, que se dá sob ameaça, sob privação. E que antes que o pai prive, a mãe precisa deixar de se colocar como falo para o seu filho. Muito embora haja um questão atual sobre a função do pai, o que acabou se destacou neste trabalho foi a posição da mãe na triangulação edípica para pensar sobre os casos de incesto. Em alguns casos de abuso sexual de um adulto (pai, tio, avô, irmão), pode-se notar, ao escutar a menina, que a sua questão não é com o pai, mas com a mãe, seja na queixa em torno do desamparo que a mãe lhe deixou, seja pela rivalidade. O seu dito, por vezes, está voltado à posição da mãe diante do evento do incesto.

Contudo, arrisca-se a avançar um pouco mais com o intuito de concluir a análise da relação do sujeito e a Lei com as questões referidas ao pai. No que diz respeito à experiência no CPTCA, uma boa parte dos atendimentos a crianças e adolescentes em situação de violência sexual, o autor da violência é o pai ou alguém que ocupa esse lugar. Quando a situação é de incesto, o ato em si, retira o pai de onde deveria estar. Pode-se dizer que, nestes casos, há uma total confusão de lugares do pai, da mãe e da criança. Como diz Ribeiro (2003, p. 70), “[...] o pai que deveria representar a Lei e sustentar a impossibilidade ou limite imposto ao gozo, quem transgride. O pai não se encontra em seu lugar, o que desloca também a mãe e a criança de seus lugares”.

Partindo do que a psicanálise diz sobre o pai que interdita a mãe, instaurando a lei simbólica, afirma-se que quando há um incesto não há um pai? Ainda com Ribeiro (2003, p. 71) que nos ajuda a pensar sobre essa questão, dizendo:

O que a clínica mostra é que, embora essa situação seja desestruturante, sua gravidade depende da resposta que o sujeito dá a ela. É surpreendente que seja possível à criança considerar o lugar desse pai apesar de seu ato e se situar em uma cadeia de filiação. Apesar de horroroso, odiado (às vezes também amado), ele pode ser reconhecido como pai ou como alguém que, de forma violenta, ocupa lugar de importância. Isso mostra que não é simples responder à pergunta “quando há pai?”. Além de seus vários aspectos – o pai não é somente um pai, mas a função ou o lugar do pai –, a resposta a essa questão depende de como a criança pode lidar com o que lhe acontece. Minha intenção é destacar que o que importa é a escuta sobre como se encontra a relação do sujeito com a função do pai ou como a criança pode se situar em relação a esse lugar.

Corrobora-se com estas reflexões através da fala de algumas meninas atendidas, que embora reconheçam que o seu pai cometeu um ato incestuoso, dizem: “Mas ele é o meu pai!”, e demonstram grande preocupação se este vai ser preso; “Não quero que ele seja preso, só quero que ele pare com isso”. Por outro lado, escutou-se, também, a filha não reconhecer a filiação: “Esse homem não é um pai, ele não é o meu pai!” Pode-se citar também outro caso de relação sexual entre o pai e suas quatro filhas. Havia no nome de todas as meninas uma combinação com parte do nome do pai. Uma delas manifestava de forma mais intensa o desejo de mudar o nome, de retirar do seu nome, o nome do pai, como uma forma de não se reconhecer nesta filiação.

O significante Nome-do-Pai, enquanto elemento significante da Lei, sustenta a falta estruturando o sujeito através da linguagem. Lei que barra o desejo, o incesto, o movimento anárquico das pulsões primitivas, possibilitando-lhes outras vias de tendência à satisfação, uma vez que é marcado pela falta.

No “Seminário 11”, Lacan (1964/2008, p. 34) afirma que a lei do pai - aquele que tem o falo - está ligada ao desejo. Encontra-se no mito da morte do pai a regulação do desejo e, “[...] este mito talvez seja apenas o abrigo que se achou contra a ameaça de castração”. Sobre o pano de fundo do texto “Totem e Tabu”, Freud (1913/1996) mostra como a lei é inaugurada por um ato violento, um crime: o assassinato do pai. O mito freudiano narra por meio do parricídio, a inauguração de uma proibição, que é a interdição do incesto. Freud (1913/1996) mostra que a barreira do incesto se trata fundamentalmente de uma característica infantil, e como a vida mental dos neuróticos tem uma notável concordância com a vida dos povos primitivos. Em “Totem e Tabu”, ele destaca que: [...] a psicanálise nos ensinou que a primeira escolha de objetos para amar feita por um menino é incestuosa e que esses são

objetos proibidos: a mãe e a irmã. [...] e a medida que cresce ele se liberta dessa atração incestuosa (FREUD, 1913/1996, p. 35).

Freud (1913/1996) verificou que o propósito de evitar relações sexuais incestuosas e o horror ao incesto está presente na sociedade desde os povos primitivos, e que a organização social parece estar relacionada a esta interdição. O pai da horda primeva, que tinha todas as mulheres e despertou rivalidade e ódio, foi assassinado por seus filhos que, unidos, o matam e o devoram na refeição totêmica, incorporando-o, pois só comendo da mesma carne, incorporando a força e as virtudes que atribuíam ao pai e se identificando com ele, que puderam se reconhecer como irmãos. No entanto, vê-se que a morte do pai não liberou o acesso a todas as mulheres, o acesso à satisfação pulsional: ao contrário, intensificou a sua interdição. Ao se perceberem desamparados, os filhos criaram um substituto, primeiramente encarnado na figura de um totem. O festim totêmico representa, então, uma repetição de um acontecimento fundante da organização social, bem como moral e religiosa. O assassinato provoca um sentimento de culpa e remorso nos filhos, eles pranteiam o pai morto e isto torna a proibição às mulheres do mesmo totem (inclusive mãe e irmãs) mais intensa.

No “Mal estar na civilização” vê-se como Freud (1930/1996) assinala o desenvolvimento da civilização por meio da renúncia pulsional, de restrições das possibilidades de satisfações sexuais. A primeira exigência da civilização é uma lei. Antes disso, tem-se a vontade arbitrária do chefe, o pai, que era irrestrita, o que impede o processo civilizatório. Uma vez criada a lei, esta permite que os homens convivam em sociedade. Com a instituição de uma lei, esta não será violada em favor de um, e só fará parte desta comunidade ou família aquele que se submete a ela. Ao descrever o desenvolvimento da vida social, que está intrinsecamente relacionada a vida psíquica, Freud (1930/1996, p. 106) lembra o que demonstrou sobre o totemismo:

A cultura totêmica baseia-se nas restrições que os filhos tiveram que impor-se mutuamente, a fim de conservar esse novo estado de coisas. Os preceitos do tabu constituíram o primeiro “direito” ou “lei”. A vida comunitária dos seres humanos teve, portanto, um fundamento duplo: a compulsão ao trabalho, criada pela necessidade externa, e o poder do amor, que fez o homem relutar em privar-se de seu objeto sexual- a mulher – e a mulher, em privar-se daquela parte de si própria que dela fora separada – o seu filho.

Freud (1930/1996) reconhece, então, o amor como um dos fundamentos da civilização, mas faz ressalvas quanto a sua ambiguidade, indicada pela existência do “amor plenamente sensual” (sexual), que dá origem a uma família e do “amor inibido a sua

finalidade” (amizade, relação pais e filhos, entre irmãos). Assim, o amor se coloca em oposição aos interesses da civilização, ao mesmo tempo em que a civilização o restringe. Freud (1930/1996) afirma que grande quantidade de energia psíquica tem de ser retirada da sexualidade.

A proibição de uma escolha incestuosa de objeto constitui talvez a maior restrição da vida erótica do homem. Neste sentido, os tabus, as leis e os costumes impõem novas restrições que influenciam homens e mulheres no desenvolvimento da cultura. Ainda com Freud (1930/1996), sustenta-se que a neurose resulta dos efeitos da castração e se presentifica como anseio por ser feliz, sem deixar de lado que, para esse fim, é preciso lidar com a inadequação de regras que procuram ajustar os relacionamentos mútuos em família, no Estado e na sociedade.

Relacionando estas formulações com o tema do incesto, pode-se afirmar que o incesto é antissocial, como já afirmara Freud (1905a; 1913/1996), e ainda permanece um tabu e causa grande horror. Este é um tema que acompanha Freud (1897/1996) ainda no início das formulações psicanalíticas, quando já contestava a cena de abuso sexual infantil, perpetradas geralmente pelo pai sobre a filha. Ele constatou que essas cenas de abuso, que julgara terem de fato ocorrido na experiência da neurótica, poderiam ser fantasias. Uma das justificativas para essa explicação foi a observação de que, caso contrário, se tais cenas tivessem se realizado, o número de pais perversos seria assustador, conclui.

Tal observação leva a fazer uma relação com a incidência de casos de abusos sexuais nos dias atuais. Os profissionais que trabalham com crianças e adolescentes em situação de violências, bem como a mídia e as campanhas de combate à violência sexual levantam a hipótese de que há um aumento na incidência de casos de abusos sexuais contra crianças e adolescentes. Os dados estatísticos do CPTCA, por Silva (2013) demonstram aumento significativo de denúncias de violência sexual nos últimos anos. Será que há mais pais perversos hoje? Acredita-se que esta seja uma questão complexa e de difícil resposta. No momento, apenas cita-se a discussão entre alguns psicanalistas contemporâneos sobre a reflexão em torno da função do pai, e sua relação com a mutação cultural e suas implicações na subjetividade (LEBRUN, 2008; MELMAN, 2008). Deixa-se esta indagação apenas como um indicador de que a questão do pai é presente em toda a obra freudiana, e ainda é uma questão para os dias atuais.

Lebrun (2008) aponta que vivencia-se uma crise na civilização contemporânea. Não só por causa das mudanças, como o fim do patriarcado, mas por estar em meio a uma crise de legitimidade, seja do lugar, de poder dos pais, professores, governantes. Este autor

vem discutindo como a psicanálise pode interrogar e ser interrogada pelo modo de vida transformado com o ajuda do advento do neoliberalismo e novos ideais de consumo, de como a nova lógica de estar no mundo pode afetar a tecnologia, a economia, a vida sexual, a cultura e as subjetividades. Melman (2003), também nesta direção, embora não seja um ponto de convergências com outros psicanalistas, anuncia a emergência de uma “nova economia psíquica”, apontando para uma mudança no adoecimento e sofrimento psíquico na contemporaneidade. Pode-se fazer algumas reflexões sobre esta mudança, retomando o recorte para este estudo, as crescentes denúncias de casos de incestos marcados por diferenças de gerações (pai-filha, avô-neta, padrasto-enteada). Este aumento pode ser apontado como efeito dessa crise civilizatória?

Com a crise da legitimidade, da sociedade hierárquica e transformações na parentalidade, Lebrun (2008) aponta uma mutação no laço social. O que faz laço nos dias atuais? O que é um pai nos dias de hoje? É possível falar em uma mutação na posição do pai simbólico na atualidade? É possível falar de uma fragilidade da lei simbólica, da metáfora paterna? Qual a economia psíquica e social que se vive hoje que põe o homem a pensar sobre os fatos pelos quais os abusos sexuais incestuosos saíram do âmbito privado para o público e tornarem-se um problema social? É importante ressaltar que esses casos sempre existiram, no entanto, o problema considerado novo é saber porque essa questão do incesto, antes reservadas aos meios especializados e no segredo de família, se tornou, como diz Melman (2004), um elemento da modernidade. Este autor mostra que se vive hoje em uma economia social permissiva e perversa. Lembra que a vida familiar era o campo de provas, onde a criança era introduzida à lei, à regra e, em particular, a um interdito, mas que hoje em dia as incidências dessa permissividade social invade o meio familiar, atingindo as crianças e seus pais. Melman (2004, não paginado) diz que o abuso do gozo e o excesso estão por toda a parte, na contemporaneidade.

[...] se esses casos são hoje mais numerosos, não podemos nos surpreender com o fato de eles terem uma incidência familiar, enquanto outrora a célula familiar preparava a criança para uma introdução na vida social que era, ela mesma, organizada pelo compartilhamento desse interdito. O que parece organizar, hoje em dia, nossa comunidade é o compartilhamento desse excesso, dessa ubris. Eis aí o que agora nos junta, nos reúne: é o a mais de gozo. Não se trata do gozo banal, ele é sem graça, é preciso um suplemento. Portanto, se é verdade que, hoje em dia, os casos seriam mais numerosos, não é preciso tomá-los como a propagação de um vírus ou de uma modificação genética! Nós vivemos diferentemente. Nesse contexto, é preciso também notar que isso gira regularmente em torno da figura paterna, quero dizer sua denúncia, enquanto tornada suspeita. Aí também somos obrigados a fazer intervir essa mutação cultural que conhecemos e que faz, efetivamente, do pai a figura cada vez mais depreciada da organização familiar.

Diante deste campo de interrogações, este trabalho finaliza questionando-se sobre o modo como se dá esse interdito na vida humana diante dessas transformações, e como as respostas dada à castração pelo sujeito implica na organização psíquica e social na atualidade e as repercussões disto no trabalho com crianças em situação de violência sexual. São questões que podem servir como problematizações para trabalhos futuros sobre o tema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho com crianças e adolescentes atravessadas pela violência sexual impulsionou a escrita desta dissertação, que convocou a interrogar sobre ele. A proposta deste trabalho foi pesquisar nos textos freudianos e lacanianos, subsídios que pudessem sustentar a prática e problematizar alguns aspectos da demanda de crianças e adolescentes, e seus familiares entrelaçadas com as demandas jurídicas.

Inicialmente, evidenciou-se durante o processo de escrita desta dissertação o embaraço em ocupar o lugar de perito e psicólogo, concomitantemente, de estar em um lugar de trabalho que demanda uma resposta e sustentar uma prática baseada numa teoria que, por definição, não oferece uma resposta e nem garante resultados. Diante este desconforto, dirigiu-se aqui à questionar os textos freudianos e lacanianos sobre a demanda deste trabalho. O que poderia a psicanálise neste lugar? Neste trabalho, ela pode ao campo científico, profissional e acadêmico possibilitar uma abertura para um olhar para além do rito jurídico, para além da demonstração da melhor metodologia para que uma criança e/ou adolescente fale a verdade sobre o que lhe ocorreu, uma verdade sem furos, como se o sujeito pudesse oferecer a totalidade dos fatos. A psicanálise mostrou que, para o sujeito, não há interno e externo, e que a fantasia é a realidade do sujeito. Que sempre haverá possibilidades de que o discurso seja permeado de equívocos, recuos, esquecimentos, a partir da realidade de cada um a cada vez.

Diante da pluralidade de questões suscitadas por esta experiência, o primeiro passo da presente pesquisa foi delimitar a questão problematizadora. No que se refere ao trabalho do psicólogo que envolve questões sexuais entre pessoas de gerações diferentes. Este trabalho levou ao questionamento sobre qual a relação do falante com a sexualidade e a Lei. Este foi o objetivo central desta dissertação.

Foi interessante notar que a intenção inicial com esse objetivo era circunscrever a questão do pai. O que é um pai que abusa? Ele é um pai? No entanto, observou-se que o caminho trilhado conduziu a pesquisa realizada para a noção de fantasia, que além de surgir como uma categoria de análise provocada pelo âmbito jurídico, o texto psicanalítico foi mostrando que a fantasia tem uma função primordial na vida do sujeito, e que não era possível ser desprezada, como propõe a leitura jurídica.

Desta maneira, tomar a palavra da criança como equivalente ao acontecimento, prova pericial de um processo jurídico sobre acusação de violência sexual é incerto. Pois, como visto, a fantasia moldura a realidade do sujeito, marcada por desejos incestuosos

inconscientes. Isto não quer dizer que a fala de uma criança não possa representar uma revelação que interrompa o ciclo de violência abusiva, no entanto, é preciso que se diga que nem sempre é possível distinguir realidade e fantasia no discurso infantil.

Com a psicanálise, pôde-se observar que a fantasia é a realidade do sujeito. No decorrer da escrita, deparou-se com a noção de fantasia e realidade psíquica que se ergueram neste trabalho. A constatação da coincidência entre a realidade e fantasia do ponto de vista psicanalítico, deixou num certo impasse no que se refere à interlocução entre a psicanálise e o direito. No entanto, serviu para se deslocar desse lugar e propor sustentações sobre as realidades que compõem o sujeito para além da factualidade.

Foi interessante notar que este trabalho finalizou com as questões em torno do pai. Muito embora se tenha dirigido ao conceito de fantasia e, sobretudo, à relação da criança e a mãe, observou-se que a questão do pai esteve sempre presente, assim como observou-se que na obra freudiana a questão do pai também se fez sempre presente, desde o pai da teoria da sedução, o pai sedutor perverso ao pai tirano de “Totem e Tabu” e, conseqüentemente, ao pai interditor.

A contribuição deste trabalho foi direcionar o olhar à questão da mãe, de estudar a sua posição em relação ao seu filho, pois é esta posição que dará permissão para ascender ao mundo simbólico, ao mundo de linguagem. Destacou-se que a sedução da qual ninguém escapa é a sedução da mãe, que leu-se com Lacan (1998) como a mãe fálica. Os caminhos tomados nesta triangulação mãe-falo-filho e que dará sustentação a relação mãe, pai e filho.

Abordou-se a constituição do sujeito a partir da proposta formulada por Lacan do Estádio do Espelho, de onde se evidenciou uma precipitação quanto à tomada de posição no social. O falo, como organizador da sexualidade, tem em seu centro o desejo articulado à castração, de onde se evidenciou a fantasia como realidade do sujeito, considerando as versões do pai, em última instância o promulgador da Lei. Àquele que priva a mãe de reintegrar seu produto. A lei do pai representa para o sujeito o universo simbólico a partir do qual ele poderá dispor de substitutos para o desejo. Muito embora já exista um universo simbólico que pré-existe ao sujeito. Mas a esse universo simbólico só se tem acesso através da lei do pai, pela palavra da mãe. A mãe, naquilo que desvia o olhar da criança em direção ao pai, instaura para ela a dimensão da falta, possibilitando que essa criança se coloque como sujeito desejante – dirigindo seu desejo para outras coisas.

O pai é o suporte da função simbólica; ele está identificado à imagem da Lei que funda a cultura e incide sobre a conjunção incestuosa entre mãe e filho. Na medida em que os significantes que fazem parte de uma representação são marcados pela castração, este lugar

constitui um limite, uma autoridade, podendo-se apontar o vínculo da castração com a lei como essencial e profundamente ligada a proibição do incesto (LACAN, 1957-1958/1999).

Este estudo circunscreveu o sujeito regulado pelo desejo e a Lei, tomando o incesto como pano de fundo. Diante do que foi desenvolvido neste trabalho, indagou-se sobre o evento do incesto, sobre as circunstâncias em que é possível falar em um amor incestuoso não fracassado e sobre a fantasia não recalcada. Com os textos freudianos e lacanianos mencionamos, que a origem das perversões está relacionada à função do objeto, ao objeto de amor incestuoso da criança, que desemboca no complexo Édipo-Castração - ocasião em que o amor incestuoso pode tomar outras direções.

Desta maneira, retomou-se a questão inicial sobre a relação do sujeito com a sexualidade e a Lei, abrindo novas interrogações que permite um deslocamento sobre a prática, que permeada por impasses e sustentações, possibilita que a fala de uma criança em situação de violência sexual seja considerado para além do rito jurídico, um dito de realidade do sujeito.

Por fim, esta pesquisa bibliográfica permitiu um olhar sobre o sujeito e a cultura, sobre os seus atravessamentos e a função da palavra a fim de abrir possibilidades para além do desfecho jurídico. Permitiu chamar a atenção sobre a maneira tendenciosa de inscrever toda a vida da criança sob a rubrica da violência sexual, além de indagar se se está à serviço da justiça ou da criança.

Por tudo apresentado até aqui, reitera-se o interesse em escutar o que a criança tem a dizer, a partir do seu lugar no mundo e, através de sua fala ou produção lúdica, analisar sua possibilidade (ou não possibilidade) de representar, simbolizar, transformar sua própria experiência de vida. Qualquer violência, inclusive a do incesto, vai além do acontecimento, e os efeitos psíquicos que configuram tal situação dependem também das consequências para cada sujeito e da leitura feita por cada campo familiar e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, E. **Mediante quais práticas a Psicologia e o Direito pretendem discutir a relação?** Anotações sobre o mal-estar. [on-line]. 2012. 18 p. Disponível em: <<http://www.aasptjsp.org.br/sites/default/files/arquivos-artigos38-1285183711.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2016.
- AZAMBUJA, M. R.; FERREIRA, M. H. **Violência Sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- BRASIL. **Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009**. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm>. Acesso em: 21 abr. 2016. Não paginado.
- CARDOSO A. V. B. et al. **Centro de perícias: uma experiência na perícia criminal em casos de violência contra crianças e adolescentes**. São Luís: Aquarela, 2009.
- COELHO, D. M.; SANTOS, M. V. Apontamentos sobre o método na pesquisa psicanalítica. **Analytica: Revista de Psicanálise**, v. 1, n. 1, p. 90-105, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-51972012000100006>. Acesso em: 12 abr. 2016.
- FAIMAN, C. J. **Abuso sexual em família: a violência do incesto à luz da Psicanálise**. Casa do Psicólogo, São Paulo: 2004.
- FALEIROS, V. P.; FALEIROS, E. T. S. **Circuito e curtos - circuitos: atendimento, defesa e responsabilização do abuso sexual contra crianças e adolescentes**. São Paulo: Editora Veras; 2001.
- FREUD, S. **Estudos sobre a Histeria** (1893-1895). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. **Carta 69** (1897). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume I. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. **A sexualidade na Histeria das Neuroses** (1898). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. **A Interpretação dos Sonhos (Parte II)**. (1900). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume V. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. **Psicopatologia da Vida Cotidiana** (1901). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume V. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. **Fragmento da Análise de um caso de Histeria** (1905[1901]). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade** (1905a). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Chistes e sua Relação com o Inconsciente** (1905b). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume VIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Sobre as Teorias Sexuais das Crianças** (1908). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume IX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Cinco lições sobre a Psicanálise** (1910). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume XI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente**. Vol. 1 [1911-1915]. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

_____. **Totem e Tabu** (1913). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume XIII Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Conferências Introdutórias sobre Psicanálise**. Parte III (1915a). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **O Inconsciente** (1915b). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Sobre o narcisismo** (1915c). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Pulsões e Destinos da Pulsão** (1915d). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Conferencias Introdutórias de Psicanálise** (1916-1917). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume XVI Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **História de uma neurose infantil** (1918). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **“Uma Criança é Espancada”** - Uma Contribuição ao Estudo da Origem das Perversões Sexuais (1919). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **A Organização genital infantil: Uma interpolação na teoria da Sexualidade** (1923). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **A Dissolução do Complexo de Édipo** (1924). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Algumas consequências psíquicas da Distinção Anatômica entre os sexos** (1925a). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Um estudo autobiográfico** (1925b). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Fetichismo** (1927). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume XX1. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Mal estar na civilização** (1930). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Sexualidade Feminina** (1931). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume XXI Rio de Janeiro: Imago, 1996

_____. **Esboço de Psicanálise** (1940[1938]). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Projeto para uma Psicologia Científica** (1950[1895]). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume I. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente**. Vol. 2 [15]. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FURNIS, T. **Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GONÇALVES, H. S. **Infância e Violência no Brasil**. Rio de Janeiro: NAU, 2003.

GRYNER, S. A direção do Trabalho Clínico no NAV. In: GRYNER, S.; RIBEIRO, P. M. C. M.; OLIVEIRA, R. C. (orgs.). **Lugar de Palavra**. Rio de Janeiro: Núcleo de Atenção à Violência (NAV), 2003. p. 57-62.

HABIGZANG, L. F. et al. Fatores de risco e proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. **Psicologia: reflexão e crítica**. Porto Alegre. v. 19, n. 3, 2006, p. 379-386. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v19n3/a06v19n3>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

HABIGZANG, L. F.; CAMINHA, R. M. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes: Conceituação e intervenção clínica**. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2004.

LACAN, Jacques. **O seminário 3: As psicoses** [1955-1956]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

_____. **O seminário 4: A relação de objeto**. [1956-1957]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

_____. **O seminário 5: As formações do inconsciente**. [1957-1958]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____. **O seminário 6: o desejo e a interpretação**. [1958-1959]. 1ª edição Rio de Janeiro Zahar, 2016.

_____. **O seminário 1: Os escritos técnicos de Freud.** [1953-1954]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

_____. **Escritos.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.

_____. **Nomes-do-Pai.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **O seminário 11: Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise** (1964). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

LEBRUN, J. **A perversão comum: viver juntos sem o outro.** Rio de Janeiro, Campo Matêmico, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES NETO, A. R. Subsídios para pensar a possibilidade de articular Psicanálise e Direito. **Revista da Escola de Psicanálise do Maranhão**, nº 1. São Luís: Escola de Psicanálise do Maranhão, 1997, p. 27-50.

MELMAN, C. **Novos Estudos sobre a histeria.** São Paulo: Artes Médicas, 1985.

_____. **Novas formas clínicas no início do Terceiro Milênio.** Porto Alegre: CMC, 2003.

_____. **A propósito do incesto.** Tempo Freudiano - Associação Psicanalítica, 2004. Tradução de Sérgio Rezende. [on line]. Disponível em: <<http://www.tempofreudiano.com.br/index.php/a-proposito-do-incesto-3/>>. Acesso em: 3 abr. 2016. Não paginado.

_____. A função das mães nos dias de hoje. In: **A prática Psicanalítica Hoje – Conferências** – Rio de Janeiro: Tempo Freudiano, 2015. p. 129-150.

MONZANI, L. R. **Freud, o movimento de um pensamento.** (3ª ed.). Campinas: Unicamp, 2013.

NASSAR, R. **Lavoura Arcaica.** 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

PIZA, O. **Psicologia do testemunho: os riscos na inquirição de crianças.** Dissertação de Mestrado. 131f. Porto Alegre, 2006.

PRATES, A. O trauma é o infantil – cena primária: verdade e ficção no caso do “Homem dos lobos”. **Revista de psicanálise pulsional**, ano XIX, n. 186, junho/2006. Disponível em: <http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/186_09.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2016.

RIBEIRO, P. A Violência Sexual: Considerações sobre a importância da função do pai. In: GRYNER, S., RIBEIRO, P. M. C. M.; OLIVEIRA, R. C. (orgs.). **Lugar de palavra.** Rio de Janeiro: Núcleo de Atenção à Violência (NAV). p. 70-73.

SILVA, R. **Perícia psicológica de crianças e adolescentes vítimas de violência no Estado do Maranhão.** São Paulo: Scotercci, 2013.

ANEXO

ANEXO A - Termo de Autorização

recomendar para o nobre Superintendente da SPIC manifestar que a autorização aqui anunciada - Poede ser feita neste documento como e recomendado para este CPTCA com o deferimento ou deferimento. Respeitosamente.

Dr. Roberto Mourão Lopes
Perito Criminal - Matr.: 1836311
Diretor do CPTCA

11/02/2016
anexo 11/02/2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA
TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Venho solicitar autorização para citar o nome da instituição do Centro de Perícias para Crianças e Adolescentes (CPTCA) na dissertação do Mestrado em Psicologia da UFMA da pesquisadora Simone de Miranda Rodrigues, sob orientação da professora Dra Valéria Maia Lameira. A pesquisa versa sobre o tema do incesto e tem como objetivo analisar a relação do humano com Sexualidade e a Lei a partir da teoria psicanalítica. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, portanto, não serão utilizados dados diretos da instituição ou pesquisa de campo a exemplo das análises de documentos, observação, estudo de caso ou entrevistas. No entanto, a experiência da pesquisadora que trabalha como psicóloga da instituição há 10 anos é referida como modo de problematizar o trabalho dissertativo. Desta forma, a teoria é articulada com algumas demandas que compõem nessa instituição e podem ser apresentadas a partir da experiência da pesquisadora. Poderão ser utilizados alguns recortes de falas significativas que podem ilustrar a articulação da teoria e prática. Vale destacar que a dissertação poderá também ser publicada em revistas científicas. Acreditamos que este trabalho e outras produções acadêmicas podem contribuir para o desenvolvimento do trabalho dessa instituição que tem uma função importante para a vida de crianças e adolescentes atravessadas pela violência sexual.

Colocamo-nos à disposição para maiores informações.

AUTORIZAMOS A CITAÇÃO, DE ACORDO COM
RESOLUÇÃO DO CUS Nº 196/96, PARA
OBS DE PESQUISA, NA COARCAÇÃO DE INVS
QUICÃO CO-PARTICIPANTE DE PESQUISA

Em 11/02/2016
Miguel Alves da Silva Neto
Perito Criminal - Matr. 1102634
Superintendente da SPIC

Simone de M. Rodrigues
Simone de Miranda Rodrigues
Mestranda em Psicologia da UFMA
Tel. (98) 3332-0855

Dra. Valéria Maia Lameira
Orientadora, Prof. Mestrado em Psicologia da UFMA.

Assinatura de Polícia Técnico-Científica
Assinado por: [Assinatura]
Data: 11/02/2016